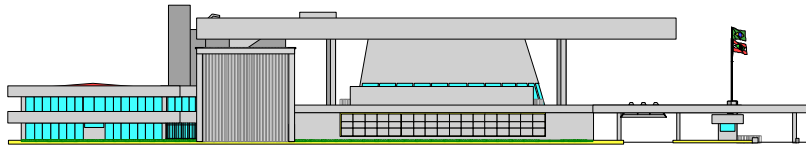


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MAIO DE 1999

NÚMERO 4.624

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Onofre Santo Agostini – Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Francisco de Assis Nunes
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 10 horas

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

João Rosa – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Volnei Morastoni
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 10 horas

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Gelson Sorgato – Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 08h30 min

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ronaldo Benedet – Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narcizo Parisotto
Odete do Nascimento
Neodi Saretta
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, após a Sessão Plenária

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Ciro Rosa – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Altair Guidi
Jaime Duarte
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes
Reunião Ordinária:
Terça-feira, após a Sessão Plenária

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Joares Ponticelli – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
Jaime Duarte
Manoel Mota
Milton Sander
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, após a Sessão Plenária

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sandro Tarzan – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joarez Ponticelli
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, às 10 horas

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Reno Caramori – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, às 08h30min

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Jaime Mantelli – Presidente
Valmir Comin – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Narciso Parizotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti
Reunião Ordinária:
Segunda-feira, às 14 horas

DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR**Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1018**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário

Ata da 037ª Sessão Ordinária
realizada em 03/05/1999..... 2

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 14

Publicações Diversas

Atas das Comissões

Permanentes 16

Lei..... 17

Ofícios 18

Projetos de Decreto Legislativo...

..... 19

Projetos de Lei..... 19

PLENÁRIO

ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 03 DE MAIO DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelar Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGEM DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO Nº: 057/99, encaminhando projeto de lei que suprime o § 2º renumerando o § 1º do art. 7º e altera a redação do art. 8º da Lei nº 11.071, de 30 de dezembro de 1998, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 1999.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que dispõe sobre a implantação do Programa de Trânsito *Aluno Guia* nas escolas de 1º e 2º graus.

- de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, que estabelece a obrigatoriedade da adoção do plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde nos casos que menciona;

- de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 11.071, de 30 de dezembro de 1998, que *estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1999*, alterando seu Anexo Único;

- de autoria do Sr. Deputado Clésio Salvaro, que denomina Angelo Dal Pont, trecho da Rodovia SC-483 e dá outras providências;

- de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - para as operações que especifica.

OFÍCIOS NºS:

180, 181, 182, 183 e 184/99, do Sr. Governador do Estado, encaminhando resposta aos Pedidos de Informação nºs 015, 016, 017, 018 e 020/99, respectivamente;

028/99, do Sr. Presidente da Associação Catarinense de Engenheiros, encaminhando assunto referente ao Código de Trânsito Brasileiro e seus benefícios para o nosso Estado sob a ótica da Associação Catarinense de Engenharia - ACE.

240/99, do Sr. Coronel Comandante Geral da Polícia Militar, acusando o recebimento do Telefax nº 0212.5/99;

023/99, do Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia desta Casa, comunicando análise à Moção nº 003/99, da Câmara de Vereadores de Guaraciaba/SC, em anexo, solicitando especial atenção para serem viabilizadas as necessárias providências à solução da continuidade das atividades de vários agricultores catarinenses;

398/99, do Sr. Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda, encaminhando resposta ao Telefax nº 0073/99;

569/99, do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, acusando o recebimento do Telefax nº 0216.6/99;

436 e 469/99, do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, informando que os Ofícios nºs GP/DP/184 e 233/99, foram encaminhados ao Exmo. Sr. Deputado Heitor Sché, à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias do Estado;

018/99, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos, encaminhando cópia de Moção apresentada indicando alteração de nome da Escola Básica São Domingos e solicitando a elaboração de Projeto de Lei contendo esta matéria;

239/99, do Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Içara, em atenção a Moção nº 052/99 e encaminhando sinceros votos de congratulações, parabenizando-os pela presença na Sessão Especial realizada pela Assembléia Legislativa na Ponte de Cabeçadas;

452/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, encaminhando resposta à Indicação nº 151/99;

012/99, do Sr. Líder do PPB, Deputado Ivan Ranzolin, encaminhando relação de Municípios com os respectivos valores referentes à 2ª parcela de salário-educação efetuada pela Secretaria de Estado da Educação e do Desporto;

308/99, da Sra. Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, encaminhando resposta ao Ofício DP/164/99;

444, 445 e 450/99, do Sr. Secretário de Estado da Saúde, acusando o recebimento das Indicações nºs 091, 063 e 015/99, respectivamente.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Nelson Goetten, a quem concedo a palavra por dez minutos.

(Pausa)

Com a desistência do Sr. Deputado Nelson Goetten, convido o Sr. Deputado Romildo Titon para assumir a Presidência dos trabalhos, para que eu possa ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Heitor Sché.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, devo fazer, nesta oportunidade, considerações a respeito de notas que vêm sendo publicadas na imprensa por um assessor do Palácio Santa Catarina, cujo nome eu desconheço.

Uma das notas diz:

(Passa a ler)

"O Palácio Santa Catarina não gostou nada, nada da manifestação de Heitor Sché, do PFL, cobrando o pagamento imediato das dívidas do Estado, estimadas em R\$1,4 bilhão.

Assessores diretos de Amin acham que, como integrante da Bancada governista, Sché deveria ter sido o último a fazer tal cobrança em público.

O Palácio lembra que nem os Deputados do PT e do PMDB estão com tanta pressa e tão refratários aos argumentos do Governador."

Em outra nota o mesmo assessor diz que:

(Continua a ler)

"Todos os pedidos, a maioria envolvendo correligionários do meio policial civil e militar, foram atendidos pelo Governador, pedidos deste Deputado."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu li com muita atenção o livro, ou melhor, o livreto encaminhado pelo Sr. Governador a esta Casa, onde estima a dívida do Estado em, aproximadamente, R\$1,4 bilhão.

Sem dúvida, é uma dívida que eu considero quase impagável. E essa dívida não preocupa somente a nós, Deputados, e ao Palácio Santa Catarina, mas a todo catarinense que tem conhecimento deste fato.

Eu me referi, quando usei por diversas vezes esta tribuna, e voltarei a usá-la, sobre a dívida com os funcionários públicos deixada pelo outro Governo, na importância, de acordo com o mesmo livreto, de R\$344 milhões.

E quando solicitei ao Governo do Estado o pagamento dessa promessa de campanha feita por ele e por nós eu não solicitei o pagamento imediato, mas pedi, por diversas vezes, inclusive através de indicação por escrito nesta Casa, que fosse feito um cronograma de pagamento e que ele fosse pago quando possível, tranquilizando os funcionários públicos, para que eles possam colocar o seu orçamento previamente em dia.

Não estou cobrando somente uma promessa de campanha do Sr. Governador Esperidião Amin, estou cobrando de mim mesmo! Pois sou cobrado todos os dias, por associações e por funcionários no sentido de uma audiência com o Sr. Governador para que ele dê uma satisfação sobre a dívida.

Por isso entendo que é uma missão, não só uma obrigação, é um dever deste Deputado trazer para este Plenário, através desta tribuna, problemas dessa natureza.

Entendo que ao cobrar essa dívida não estou criticando o Sr. Governador do Estado, por quem tenho o maior respeito, como tenho por todos os seus assessores, porque com muitos deles trabalhei e sei da sua competência, como também com os Srs. Secretários do Estado, que estão fazendo todo o possível para resolver o problema do Estado de Santa Catarina, atendendo sempre de imediato quando solicitamos.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Pois não! Concedo um aparte ao Sr. Deputado, representante do Alto Vale do Itajaí, nossa região eleitoral.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - É uma satisfação para este Deputado poder fazer, aqui, este aparte, para ser solidário com o Companheiro.

Sou testemunha de que o Companheiro fez esta invocação em nome dos servidores. Portanto, repudiamos esta nota de um assessor mal intencionado e que não sabe da verdade.

E tenho certeza, pelas conversas que V.Exa. mesmo teve, e eu também com o Governador, que ele tem a maior consideração e respeito pela sua pessoa.

Então, não posso concordar com isto, e registro aqui o meu testemunho de repúdio, também, a esta nota que tem um cunho duvidoso, um objetivo duvidoso.

Não foi esta a sua intenção, em nenhum momento, nesta Casa. Eu só gostaria de ser solidário nesta questão.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Agradeço o parte de V.Exa.

Devo dizer que não tenho nada e nem conheço esse assessor, mas quem tem um profissional desse na sua assessoria não precisa de adversário político. Em primeiro lugar, porque ele chama a Oposição, o PT e o PMDB de omissos, dizendo que não fazem oposição, chamando a Oposição contra o Governo do Estado. Em segundo lugar, ele procura alijar um Deputado que pretende dar sustentáculo ao Governo, no sentido de dar governabilidade a Santa Catarina.

Srs. Deputados, eu entendo que é justo e necessário um cronograma com a finalidade de se pagar os funcionários, seja para pagar neste ano ou para pagar no ano que vem, e vou insistir nesta tecla a fim de dar tranquilidade ao funcionalismo público, com a certeza de que o Sr. Governador será sensível aos apelos desta Casa.

Quanto aos pedidos, não entrarei nos pormenores - se eu fui ou deixei de ser atendido -, pois este assunto devo tratar, e estou tratando, com o meu Partido.

Agora, o descontentamento do Palácio Santa Catarina com a minha pessoa é recíproco, só que não vim à tribuna externar, e nem menos, o meu descontentamento publicamente. Eu quero apenas cumprir as minhas atividades como Deputado Estadual, como representante também da classe dos funcionários públicos da Segurança Pública, e irei cobrar até o fim esta solicitação que faço ao Sr. Governador.

Eu não entendo, como disse o Deputado Nelson Goetten, Vice-Líder do Governo, que isto seja uma provocação ou, muito menos, que isto seja uma crítica, porque é um dever do Deputado, é um dever que nos é cobrado diariamente nos nossos gabinetes, porque os funcionários, quando querem falar com o Governador, pedem que nós, Deputados, solicitemos uma audiência, pois lá eles não têm acesso, mas no nosso gabinete, na rua eles podem falar conosco. É de nós que eles cobram, nós, que percorremos o Estado fazendo essas promessas.

Por isso eu quero deixar claro o meu posicionamento nesta Casa: sou, e já disse por reiteradas vezes, um Deputado que quer defender, quer participar e quer lutar pelo Governo de Santa Catarina, a fim de dar governabilidade ao Sr. Esperidião Amin, de ajudar a desenvolver o seu Governo, mas não aceitarei qualquer provocação, parta de onde partir.

Mais uma vez faço um apelo a esta Casa, e aí conclamo a todos os Srs. Deputados e até a Oposição, que foi chamada de omissa por esse assessor: vamos cobrar este cronograma a fim de tranquilizar o funcionalismo público de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Romildo Titon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna na tarde de hoje para falar de um assunto que nos preocupa muito, principalmente para nós que representamos regiões com Municípios de pequeno porte, Municípios agrícolas e que, após ter recebido uma resposta da Telesc, em virtude do Requerimento nº 055, que apresentamos aqui nesta Casa, pudemos comprovar ainda mais o quanto o Brasil errou, o quanto a Câmara Federal e o Senado erraram na privatização da Telesc.

O Município de Zortéa, Município que adentra para o seu terceiro ano de emancipação político-administrativa, estava pleiteando há longo tempo a instalação de uma central telefônica. Diversos contatos foram feitos, requerimentos pela administração pública, pela Câmara Municipal de Vereadores foram feitos, e há uma abaixo-assinado de 276 famílias pretendentes em adquirir uma linha telefônica.

Já havia sido feito o levantamento, técnicos tinham ido lá e estava tudo encaminhado para que no final do ano passado fosse instalada, definitivamente, a central telefônica para toda a comunidade de Zortéa, porque a própria Prefeitura está numa situação difícil, com telefone celular para atender as necessidades administrativas e todos os órgãos públicos, como também a própria comunidade, mas a Telesc não está se interessando.

Eu trago ao conhecimento dos Srs. Deputados este assunto porque acredito que outros Srs. Parlamentares também estejam fazendo esta reivindicação para outros Municípios.

Mas a resposta de um dos Diretores da Telesc a esse nosso pedido, bastante preocupante, diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Senhor Deputado,

Ao cumprimentá-lo, reportamos ao seu Telefax nº TE/0066.5/99, através do qual V.Exa., na conformidade da proposição do Deputado Romildo Titon, solicita a instalação de uma central telefônica no Município de Zortéa.

Informamos a V.Exa. que o recente processo de privatização da Telesc determinou uma nova reestruturação da empresa e uma reavaliação das prioridades, baseada, entre outros aspectos, no binômio população atendida x rentabilidade.

Diante do exposto, as nossas áreas de atendimento ao mercado e planejamento técnico estão estudando a inclusão daquele Município nos futuros programas de expansão desta empresa, a partir do ano 2.000."

Preocupa-me muito, Deputado Reno Caramori, V.Exa. que conhece perfeitamente o Município de Zortéa, que é grande defensor dos pequenos Municípios, que sabe perfeitamente que existem outros que têm necessidade dessa estrutura, esta atitude da Telesc. A ela não interessa um Município que tem aproximadamente 300 interessados em adquirir linhas telefônicas.

Imaginem V.Exas. a visão do lucro que hoje tem uma empresa como a Telesc, que foi privatizada! Neste sentido, preocupa a todos nós e acredito que ao Deputado Moacir Sopelsa, que representa vários Municípios recém-emancipados que necessitam também dessa instalação. Mas isso talvez aconteça por falta de uma administração dos Prefeitos dos Municípios-mãe, pela dificuldade que se tem hoje de administrar Municípios de extensão bastante grande.

Esta é uma preocupação que eu trago, porque isso também está acontecendo nos Municípios de Brunópolis, de Ibiama, de Frei Rogério, do Alto Bela Vista e em tantos outros Municípios que foram recém-emancipados.

Para quem conhece o Município do Zortéa, que é um Município que está se desenvolvendo a cada dia que passa, a sua estruturação vem criando novas oportunidades; há um entrosamento da Câmara Municipal com o Sr. Prefeito, e acredito ser um dos Municípios pequenos que mais está crescendo na nossa região, mas poderá ficar sem a oportunidade de ter uma central telefônica, não cativando nem sequer uma empresa que tenha vontade de lá se instalar porque a comunicação hoje é o fator principal para todo e qualquer investimento que se faça.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Concedo um aparte ao Deputado Moacir Sopelsa, pois sei que, com certeza, ele vai abrilhantar ainda mais este assunto.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Romildo Titon, na verdade V.Exa. traz a esta Casa um assunto importantíssimo. E esta semana eu soube a respeito do Município de Concórdia, onde o escritório da Telesc, depois de privatizada, deverá ser fechado.

Lá em Concórdia nós temos 180 orelhões instalados em pequenos bairros, em bairros carentes, mas, segundo notícias extra-oficiais, devem ser retirados mais de 80 desses orelhões que atendem a população de baixa renda e também a população que passa por esses bairros.

Deputado Romildo Titon, nós temos, no Município de Concórdia, 1.500 telefones de fibra ótica. O primeiro projeto da América foi instalado naquele Município, e deveria ter sido dado seqüência em todos os Municípios, principalmente os do Oeste, que são Municípios agrícolas. E ainda existem mais ou menos 600 telefones para serem comercializados, mas não tomam uma decisão quanto à venda desses telefones.

V.Exa. está coberto de razão! É um crime que se cometeu com a comunicação do nosso País, principalmente do nosso Estado e dos Municípios pequenos.

V.Exa. está de parabéns! Nós precisamos buscar informações melhores e deixar aqui o nosso depoimento de repúdio, uma vez que estamos nos aproximando do ano 2.000 e essa situação no Estado está cada vez mais difícil, especialmente nos nossos pequenos Municípios.

Muito obrigado, Deputado!

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

O Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Deputado Romildo Titon, eu queria dizer da importância do assunto que V.Exa. levantou nesta Casa.

Coincidentemente com a sua preocupação, hoje o Estado de São Paulo publica que a Anatel, a empresa francesa ganhadora da licitação, a empresa que comanda a telefonia em São Paulo...

Agora, eu só queria perguntar a V.Exa.: qual é a projeção que nós teremos em Santa Catarina, no ano 2.000, para que seja atendida uma comunidade rural? Acabou a possibilidade!

Está de parabéns V.Exa. pelo assunto e vale ampliarmos esse debate.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Obrigado, Deputado Nelson Goetten.

Esta é a preocupação que eu trago e é um sinal de alerta para todos nós quando se fala em privatizações de empresas públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, até as 15h.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero, nesta oportunidade, abordar, se possível, dentro desse tempo que me foi concedido, dois ou três assuntos que julgo da maior importância.

Em primeiro lugar, como já fizeram outros colegas Deputados, quero deixar registrado nos Anais da Casa o que disse S.Exa. o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, quando recebeu em seu gabinete ministerial a Bancada com assento nesta Casa, a Bancada Federal e os Prefeitos, com respeito à BR-101.

A nota que o Ministro distribuiu através da sua assessoria de Comunicação Social naquele dia, 20 de abril do corrente, tinha o seguinte texto:

(Passa a ler)

"Eliseu Padilha recebe Bancada catarinense e anuncia suplementação de recursos para a BR-101.

Reafirmando seu interesse e compromisso com o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, o Ministro dos Transportes Eliseu Padilha vai anunciar hoje (20/4), às Bancadas Federal e Estadual deste Estado, o encaminhamento ao Ministro do Orçamento e Gestão (MOG) da solicitação de recursos suplementares para a continuação das obras da rodovia do Mercosul (BR-101) no montante de R\$185,6 milhões.

O Orçamento Geral da União para este ano destina R\$214,9 milhões para a rodovia nos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, sendo R\$63,7 milhões somente para Santa Catarina. Esses recursos seriam suficientes para o prosseguimento das obras somente até o final do mês de maio. Assim, o Ministério dos Transportes está solicitando uma suplementação de R\$185,1 milhões especificamente para o trecho do Estado de Santa Catarina.

Caso seja necessário, nova suplementação será providenciada antes do final do ano para garantir que a obra não seja interrompida.

Dentro de no máximo 30 dias o Presidente da República deverá assinar o decreto de suplementação orçamentária.

Eliseu Padilha faz questão de relembrar que ainda no mês de março teve audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para tratar sobre a necessidade de recursos adicionais para a continuidade do projeto. Durante o encontro o Presidente garantiu, mais uma vez, que, apesar do ajuste fiscal, o Governo Federal considera como uma das prioridades da nova gestão concluir a duplicação da rodovia, tida como fundamental para as economias dos três Estados da região e para os países do Mercosul."

Deputado Reno Caramori, V.Exa. como um defensor da conclusão dessa obra, há de convir que esse documento precisa ficar registrado aqui.

Creio na palavra do Ministro, Deputado Francisco de Assis - V.Exa. que esteve conosco naquela oportunidade -, mas precisamos não só dos R\$53 milhões que ainda não vieram, precisamos continuar insistindo, a fim de que a complementação, ou seja, o que falta para os R\$214 milhões, os R\$185,6 milhões, para o Estado de Santa Catarina seja liberada ainda até o final do ano.

O que me preocupa é que o Ministro disse naquela oportunidade que esses R\$53 milhões seriam liberados diretamente pelo Presidente da República e que os demais deveriam passar na forma tradicional pelo Congresso Nacional, ou seja, pelas duas Câmaras.

Nós sabemos que isto demora muito, é por demasia burocrática, e creio que tanto a Comissão dos Transportes desta Casa como a Comissão Parlamentar Externa, que trata da questão da BR-101, não podem ficar esperando. Precisamos insistir, precisamos ficar cobrando, inclusive ao Fórum Catarinense em Brasília, a fim de que isto se torne realidade e para que até o final do ano realmente possamos ver o sonho dos catarinenses, pelo menos a primeira parte, o trecho de Garuva a Palhoça, realizado.

Nós já podemos sentir que as obras estão recomeçando, algumas empreiteiras já estão acelerando as obras, mas não podemos cruzar os braços porque muito recurso ainda falta para a conclusão dessa obra. Por isso, eu fico com o testemunho textual do Ministro Eliseu Padilha, que disse: "Valeu vocês terem realizado aquela sessão lá porque isso fez com que o Governo pudesse se agilizar na liberação desses recursos".

Feito este registro, gostaria de trazer um outro problema a esta Casa que me preocupa muito e que continua pendente a decisão do Governo do Estado de Santa Catarina. Ele diz respeito à implantação das nossas regiões metropolitanas: a Região Metropolitana de Florianópolis, a Região Metropolitana do Vale do Itajaí e a Região Metropolitana do Norte e Nordeste de Santa Catarina.

Eu sei que na Grande Florianópolis há uma mobilização maior, e já se começa a sentir na região Norte e Nordeste de Santa Catarina, bem como no Vale do Itajaí. O que acontece é que a cada dia que passa os recursos vão ficando mais escassos e o Governo vai priorizando as obras nas regiões de grandes concentrações urbanas, e estas estão, indiscutivelmente, nas regiões metropolitanas.

Nós já perdemos, na questão de recursos, para o saneamento básico e já perdemos duas parcelas que foram adicionadas ao seguro-desemprego, pois só contemplaram os desempregados das regiões metropolitanas. E eu acabo de ler no jornal O Estado de São Paulo, do dia 28 de abril último, portanto, da quarta-feira passada, mais uma questão da maior importância: se nós não nos atentarmos mais uma vez ficaremos em segundo plano, pois recursos de cerca de R\$3 bilhões serão destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial, ou seja, para o programa habitacional.

Neste novo sistema que o Governo Federal deseja implantar os R\$3 bilhões serão de recursos do FGTS, e o objetivo desse programa é combater o desemprego, principalmente nas regiões metropolitanas do País. Mas o Estado de Santa Catarina vai ficar de fora novamente. Não ficará de fora o Rio Grande do Sul; não ficará de fora o Paraná; não ficará de fora São Paulo; não ficará de fora Minas Gerais; não ficará de fora Pernambuco; não ficará de fora Brasília, ou o entorno de Brasília; não ficará de fora a Bahia; e nem tão pouco ficará de fora o Espírito Santo. Mas Santa Catarina, mais uma vez, vai ficar de fora pela falta de vontade política, porque a lei já foi aprovada nesta Casa; falta tão-somente o Executivo nomear o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, que é composto de cinco membros do Governo e cinco membros entre representantes da sociedade organizada, dos Prefeitos e dos Vereadores.

Por que será que não se estende esse benefício para Santa Catarina? Será que nós vamos deixar passar essa oportunidade? Deixarão de ser destinados R\$3 bilhões à moradia para aqueles que hoje vivem no submundo, vivem morando embaixo de pontes, muitos até invadindo propriedades públicas e particulares, só por falta de vontade política?!

Então, nós, que já perdemos recursos para o saneamento básico por não termos a nossa região metropolitana, que já perdemos as duas parcelas que foram acrescentadas por lei no salário-desemprego, vamos perder agora também esses R\$3 bilhões que seriam destinados às pessoas de baixa renda do sistema familiar.

Vejam que o novo plano utilizará recursos de 2.4 bilhões do FGTS e mais 600 milhões de outros fundos estatais. Um dos membros do Conselho Curador, representante da Confederação Geral dos Trabalhadores, disse ter dúvidas se será possível construir ou recuperar os cortiços pelo custo do programa.

O documento salienta que por meio de autorização legal e específica será criado um fundo de arrendamento residencial com a finalidade de proporcionar a ocupação de moradia por famílias de baixa renda, de preferência domiciliadas nos grandes centros urbanos e com renda mensal preponderantes de até seis salários mínimos. Se nós não abrimos os olhos, não nos mobilizarmos, Santa Catarina, mais uma vez, ficará de fora.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o Deputado Nelson Goetten, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma satisfação poder hoje estar nesta tribuna fazendo alguns registros e comentários, para mim importantes.

Neste final de semana, em um conceituado meio de comunicação, o Diário Catarinense, na coluna de Paulo Alceu, o ex-Deputado Estadual João Matos, agora Deputado Federal por Santa Catarina, usou daquele espaço para denegrir a imagem do Deputado Nelson Goetten.

Quero aqui, muito tranquilamente, poder registrar nesta Casa, baseado nos últimos acontecimentos desta semana, que o Deputado Federal João Matos vem enfatizando que este Deputado sofre diversos processos. De fato, respondo um processo, sim! Respondo um processo por perda de prazo, porque todo administrador público, infelizmente, está sujeito a denúncias, e no Município de Taió temos um problema de ordem particular agravado pela nossa promotora.

Quero registrar esse problema nesta Casa e dizer que ele surgiu devido a escolha do meu vice-candidato na oportunidade, quando o PFL, que era o Partido do meu vice, o escolheu em uma convenção para fazer composição comigo. Naquele momento, eu preteri aquele vice. Não o aceitei e ele se transformou em meu adversário ferrenho. Até entendo, mas após isso ele se casou com essa promotora e a partir desse momento a minha vida começou a ficar atrapalhada politicamente, porque fui, por muitas vezes, de forma injusta, acusado por essa promotora.

Com isso, chegamos ao ponto de responder um processo, que apenas está ainda em pauta, porque perdemos o prazo por um minuto. Mas em nenhum momento, na administração de Nelson Goetten, usei de má fé contra aquele povo, usei recursos do povo de Taió em meu benefício.

Queremos registrar que, como Prefeito daquele importante Município cravado no Alto Vale do Itajaí, assumimos aquela administração, na época, do Governo do PMDB, de Ademar Dalfovo, e naquela oportunidade o Município era o sexto Município do Alto Vale. Administramos com a responsabilidade de alguém que quer e deve fazer o bem.

Eu e a minha esposa - que não recebia um cruzeiro sequer - administramos aquele Município e, sendo a sexta economia do Alto Vale, elevamos para a segunda economia do Alto Vale. Era um Município de 22 mil cidadãos, que tinha apenas uma ambulância para atender toda a comunidade, que não tinha um pronto-socorro e que tinha apenas dois médicos, sendo que um deles estava comprometido emocionalmente. Esta é a realidade!

O Sr. Deputado Heitor Sché - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Heitor Sché - Sr. Deputado, eu quero me solidarizar com V.Exa. pelo trabalho que vem realizando como Deputado pelo Alto Vale do Itajaí.

Entendo que nós, juntos, com o Deputado Rogério Mendonça, com V.Exa., devemos esquecer os problemas pessoais, que não deveriam aflorar nesta Casa, e trabalhar juntos, porque nunca o Alto Vale do Itajaí precisou tanto de nós como agora.

V.Exa., como Prefeito de Taió, teve um julgamento popular e fez a melhor votação até hoje naquele Município.

Eu queria parabenizar V.Exa. pela sua posição e, inclusive, pelo trabalho que faz no Alto Vale do Itajaí, colocando-me à sua disposição para, juntos, trabalharmos em favor de nossa terra.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Muito obrigado!

Realmente, não deveria ter trazido esse problema pessoal ao Plenário. Mas se fez necessário, porque o Deputado Federal João Matos, ex-Secretário da Educação do Estado de Santa Catarina...

Mas na condução daquele Município, tivemos o privilégio, então, de, primeiro, respeitar aquela gente, aquele povo. Trabalhamos com afinco e entregamos o carro do Prefeito daquele Município, Taió, portanto, o carro que era para a minha disposição, com a finalidade de atender a saúde de Taió. Compramos mais cinco veículos, oferecendo seis veículos para Taió, montamos o centro de saúde e o pronto-socorro para atender aquela gente no Município de Taió, contratamos, além dos seis médicos, dois dentistas e dois bioquímicos para atender aquela gente. Respeitamos tanto aquela nossa gente que colocamos aquele velhinho idoso e carente debaixo de uma cobertura, na sua casinha.

Implantamos lá, então, milhares de empregos para aquela gente. Viabilizamos de fato o Município de Taió, porque trabalhamos

com o maior respeito por eles. Naquele Município, Taió, Município de Comarca, ganhávamos R\$1.3 mil por mês.

Recebi aquela votação em Taió porque aquele povo sabia que eu tinha sido motorista de caminhão, que eu tinha sido o pião que ajudou a limpar os trechos, a assentar a lajota. Nós fomos, de fato, o chefe daquela gente de Taió. Nós fizemos, junto com aquele povo, um grande trabalho naquele Município. Fomos sempre respeitados por aquela gente e não é por acaso que fizemos 75% daqueles votos!

Portanto, nós, sim, temos essa dificuldade com essa Promotora. E respondo, também, o seguinte: fui o único Deputado, sim, o único dos 40 Deputados que teve as suas contas rejeitadas, mas não por crime eleitoral e sim por excesso de zelo na prestação de contas.

Nós, como todos os outros candidatos, em todas as regiões, fizemos os painéis: "Vote no candidato da região - apoio ACIT/CDL". Assim também aconteceu na nossa região. Só que lá, por causa da promotoria pública, isso foi considerado crime.

Foi a promotoria pública que entrou direto em Brasília pedindo a cassação do diploma do Deputado Nelson Goetten, porque dizia que ele tinha cometido abuso financeiro, dizia que ele tinha cometido crime eleitoral. Ela se adiantou em um julgamento que só aconteceu no mês de março, onde, através de um acórdão, os juízes disseram que não houve crime eleitoral e que em nada foi prejudicado o processo político eleitoral. Mas é gente como esta que trabalha e que luta que muitas vezes sofre esse tipo de perseguição.

Então, portanto, quero dizer ao Deputado João Matos que eu não falei dele aqui porque as obras estavam inacabadas. Eu falei, sim, do objetivo das obras, quando nós víamos grande parte de colégios sem sala de aula suficiente para atender o nosso aluno. Em contrapartida, no mesmo pátio, nós víamos uma quadra de esporte e um mini ginásio incompletos.

Então, o que eu questionava era isso. Eu não falava da continuidade das obras, eu falava que era importante resolvermos as obras, mas daí nós tínhamos dois problemas no colégio: um era a falta da sala de aula, pois o colégio estava depredado, e o outro era a quadra de esporte.

Mas não mexia na moral daquele Deputado! Agora, aqui tem alguém que tem moral, aqui tem alguém que pode falar porque lutou, trabalhou com afinco, como poucos fizeram até hoje por uma terra! E vou continuar desta tribuna fazendo o mesmo, defendendo o que é certo!

Agora, nós denunciemos, sim, e queríamos que ele apresentasse e dissesse nos jornais por que mentiram tanto para aquela nossa gente? Por que enganaram tanto aquela gente? Por que documentaram e registraram as mentiras e não cumpriram, naquela região? Isso é o que queríamos dizer!

Tenho o maior respeito pelos Deputados do PMDB e me parece, até, que eles foram usados naquele momento, mas se justiça vale para Nelson Goetten, então, o que vamos dizer quando a Justiça condena Paulo Afonso e o PMDB pelo roubo de R\$124 milhões em Santa Catarina?

Se justiça vale para este aqui, que dizem que ofendeu e que roubou R\$2.5 mil, então, imaginem para quem foi condenado esta semana a devolver para os cofres de Santa Catarina mais de R\$120 milhões?

É essa a justiça que eu quero perguntar ao Deputado Federal João Matos: se vale para ele ou se só vale para o Nelson Goetten; esse tipo de justiça que condenou os 33 milhões que foram dados aos agiotes para arranjar uma documentação, que qualquer um bem entendido aqui em Santa Catarina poderia fazer.

Será que essa mesma justiça só vale para o Nelson Goetten? Ela só está certa quando está acusando, por R\$2.5 mil por um crime eleitoral Nelson Goetten? E aqueles 40 milhões que foram mandados para Alagoas, carregados do povo de Santa Catarina? Será que esse não chora pela nossa gente, pela falta de atendimento, muitas vezes, nos hospitais e nos segmentos necessários ao desenvolvimento dessa sociedade?

Será que só ao Nelson Goetten vale a justiça? Será que só o Nelson Goetten cometeu erros? Será que não devemos aqui dizer que quem tem telhado de vidro não atira pedra nos outros, quem tem telhado de vidro não acusa os outros?

No Alto Vale nós apresentamos documentos! Temos documentos de 32 obras que não foram realizadas, que sequer saíram do papel, mas houve o uso do dinheiro público para isso! Será que não devemos chamar a atenção da sociedade catarinense para isso? Será que não vale denunciarmos desta tribuna isso? Será que não vale a nossa manifestação? Claro que vale, sim, porque somos um defensor da sociedade, da gente de Santa Catarina!

Então, isso nos revolta, porque esse Deputado é demagogo, enganador, mentiroso, pois ajudou e compartilhou com alguém que roubou o dinheiro público do Alto Vale! Temos documentos! Estamos provando com documentos!

Quando assumimos tinha sido emancipado Mirim Doce. Mandaram todos os equipamentos, porque quem administrava Taió era um Prefeito do PMDB. Mandaram tudo o que podia rodar para Mirim Doce! R\$1.6 milhão de dívida! Está aqui! Olhem a fotografia dos equipamentos que recebemos!

E aqui estão as obras que fizemos em benefício daquela sociedade de Santa Catarina. Duas pontes caídas no centro daquela cidade. E disseram para mim que se fizéssemos só aquela obra poderíamos ir para a casa: uma avenida, que representa em Taió um aeroporto de cinco quilômetros! Há 20 anos aquela cidade precisava de uma subestação de energia, e nós a viabilizamos! Foi a segunda cidade de Santa Catarina que recebeu celular! Foi lá, naquele Município, Taió, que muitas mentiras já tinham sido pregadas, mas arrumamos oportunidade de emprego para as nossas mulheres e para as nossas jovens! Foi em Taió que pegamos aqueles velhinhos abandonados e colocamos embaixo de um teto, porque respeitamos aquele povo!

Nós trabalhamos em favor daquele povo! Nós não enganamos, não mentimos e não registramos documentos da mentira! Em Taió, eu queria que os Srs. Deputados tivessem a oportunidade de ver!

Eu nunca disse que o Governo do Estado não fez obra em Taió! Eu disse que não fez com a Prefeitura de Taió. Foi lá fazer uma obra da Casan! Eu quero que vocês vejam o que fizeram com Taió; viraram de perna para cima! Obras da Casan só significariam se tivéssemos a captação e a rede para distribuí-la, mas isto não foi feito em Taió. Só foi feito o projeto para beneficiar a empresa que tocou aquela obra. Nós estamos aqui para denunciar isto!

Nós fizemos uma fábrica completa e entregamos a chave por R\$72 mil - foram 1.200 metros de obra. Na mesma semana colocaram uma placa de reforma de um colégio que já haviam reformado na época de Vilson Kleinübing de R\$145 mil. É isto que nós denunciarmos aqui.

Nós vamos usar esta tribuna para denunciar, sim! E esperamos que a imprensa vá até lá filmar e ver o que está acontecendo no Alto Vale.

Então, é por isso que nós nos revoltamos quando alguém usa a tribuna, quando alguém usa os jornais para enxovalhar, para mentir, para ofender quem prestou um grande trabalho para o povo; quem veio aprovado pela urna e que chegou aqui com 75% dos votos do

povo; quem tem o reconhecimento popular. Nós temos o respeito dessa gente e nós temos o compromisso de trabalhar muito em favor de Santa Catarina.

Cabe aqui até um minuto de silêncio em favor desse povo que sofre. Foram roubados R\$130 milhões do povo de Santa Catarina, enquanto nós precisamos de tanta assistência na saúde. Isso nós podemos falar aqui, sim! Ninguém vai tapar a nossa boca, não! Alguém está lá, na Espanha, tranqüilo, e nós, juntando os cacacos aqui em Santa Catarina; um bilhão e seiscentos milhões.

Um bilhão e seiscentos milhões é dinheiro que assusta qualquer Governante, em qualquer parte deste planeta. Por que Santa Catarina, que tem um povo trabalhador, tem que viver uma desgraça dessa natureza?!

Choro junto com o servidor que espera poder saldar as suas contas. Choro, compartilho e tenho o mesmo sentimento, junto com ele, mas esperamos, sim, que o Governador Esperidião Amin, um homem trabalhador e de valor, com a responsabilidade que tem, com a competência que tem junto à sua equipe, possa desenvolver um trabalho, buscar, através das suas ações, alternativas para este nosso imenso território catarinense, desfazendo o que, nesses últimos quatro anos, nas páginas de todos os jornais nacionais, envergonhou a gente de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Presidente (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 17 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e amigos que participam conosco nesta tarde, nesta Casa, de mais uma sessão

Hoje, quando assomei à tribuna no horário reservado ao PMDB, junto com o Deputado Gelson Sorgato e os Deputados do PMDB, foi, na verdade, com o objetivo de falar sobre o Grito da Terra e sobre todas as questões que foram levantadas.

Aliás, Deputado Gelson Sorgato, gostaria aqui de parabenizá-lo, como Presidente da Comissão de Agricultura, pela grande mobilização na audiência pública realizada aqui nesta Casa, pois nessa audiência Deputados, agricultores e lideranças tiveram a grande oportunidade de discutir assuntos relacionados à agricultura, à terra, ao agricultor, ao Banco da Terra, ao Crédito Rural, à lei ambiental, à assistência técnica e assim por diante. Enfim, assuntos da mais relevada importância.

Mas não poderia deixar de fazer alguma referência às colocações que o Deputado Nelson Goetten fez desta tribuna. Não é primeira vez que o Deputado Heitor Sché representa o Alto Vale do Itajaí nesta Casa, e sempre com grande brilhantismo. Eu lhe disse isso pessoalmente, e temos orgulho pela maneira como ele tem se portado, em todos os sentidos. Às vezes tem sido a favor do Governo, outras vezes atua como Oposição, quando necessário. Acho que é um exemplo que temos que seguir.

V.Exa. coloca muito bem que temos que ter preocupação com as nossas questões paroquiais. É evidente que no decorrer da campanha política houve (e ainda existem) problemas. Por isso, falava ao Deputado Nelson Goetten que deveríamos constituir nesta Assembléia uma Bancada do Alto Vale do Itajaí, para defender os interesses daquela região, que tem tido um crescimento negativo em relação a outras regiões do Estado de Santa Catarina.

Deputado Nelson Goetten, V.Exa. fez referências sobre as acusações feitas à sua pessoa, mas já lhe disse que todo homem público passa por dissabores semelhantes, independentemente de fazermos aqui um julgamento ou não de V.Exa. ou de quem quer que seja, como também do ex-Governador Paulo Afonso.

Eu tenho certeza de que a Justiça haverá de se pronunciar a esse fatos referentes à sua pessoa, ao Paulo Afonso ou a qualquer Deputado desta Casa, e a razão haverá de prevalecer.

Agora, não podemos, por outro lado, cometer injustiças ao Deputado Federal João Matos, independentemente das acusações que possam ter havido, muito menos entrar em acusações pessoais, porque se o Deputado Nelson Goetten fala com veemência e consegue, com a força dos seus pulmões, extravasar, tenho certeza de que nós todos conseguiremos levantar muitos pontos do atual Governo Esperidião Amin.

Quando o Governador Esperidião Amin se refere que o ex-Governador Paulo Afonso deixou três folhas de pagamento atrasadas, e nós sabemos que realmente deixou, não admitimos isso como algo positivo; ao contrário, lamentamos dentro do nosso Partido essa situação, mas é importante também que se diga que este Governo já tem uma folha atrasada.

O ex-Governador Paulo Afonso tinha três folhas atrasadas quando deixou o Governo, mas no mês de janeiro, com a receita de dezembro, foi paga somente uma folha ao funcionalismo público estadual. E o Governo Esperidião Amin, que fez toda a sua campanha com a folha de pagamento do funcionalismo público na mão, até hoje não conseguiu atender essa sua principal bandeira de campanha.

Nós não podemos continuar, após quatro meses de Governo, simplesmente ficar aqui falando do Governo Paulo Afonso quando não temos obras e ações que justifiquem este atual Governo. E gostaria de dizer que no Alto Vale do Itajaí muitas obras foram realizadas. Com certeza, nunca tivemos um representante tão digno, nunca tivemos uma pessoa que tanto fez como o Deputado Federal João Matos quando era Secretário da Educação.

É verdade que existem obras inacabadas fruto de um processo de Governo, as quais, obrigatoriamente, têm de ter continuidade no Governo seguinte. Não podemos imaginar que um Governo se encerre no dia 31 de dezembro, quando termina o seu mandato. Um Governo não se faz por si, ele é uma continuidade, uma história, e quando se assume um Governo, assume-se também as responsabilidades.

Por isso, Deputado Nelson Goetten, eu tenho certeza de que se existem obras inacabadas no Alto Vale são muito poucas, porque a maioria foi construída e terminada graças ao empenho do Deputado Federal João Matos e do ex-Governador Paulo Afonso, que foi o Governador mais municipalista que este Estado já teve. E se houver problemas em relação a ele, que a Justiça diga e cobre.

Se ainda existem obras inacabadas, este Governo tem o compromisso e a responsabilidade de concluí-las; não pode simplesmente ficar no discurso das Letras, que agora querem desbloquear para utilizar mão desses recursos.

V.Exa. disse que em relação ao seu Município foram feitas muitas obras, e tenho aqui a relação de todas. Quando V.Exa. era Prefeito de Taió, no Governo Kleinübing, foi assinado um convênio no valor de R\$200 mil, e quando terminou o Governo em questão o Governo de Paulo Afonso cumpriu o convênio que aquele Governador tinha feito.

Vejam V.Exas. que o ex-Governador Paulo Afonso não quis saber quem tinha assinado aquele convênio, ele só sabia que era do Governo do Estado e que, por isso, tinha de ser cumprido, e continuou repassando ao recursos desse convênio para poder concluir uma obra tão importante para aquele Município.

Eu poderia citar outras obras, como reformas em colégios, além do auxílio de R\$20 mil para a Creche Sete Anões, R\$15 mil para a aquisição de um ônibus de transporte escolar para o Município, R\$18 mil para a construção de uma quadra de esportes no Colégio Otto Hoseng, R\$145 mil para a reforma do Colégio Estadual Luiz Bertolli, etc.

V.Exa. fez referências às obras da Casan, poderíamos falar, também, do recapeamento asfáltico em Pouso Redondo, Taió e Ribeirão Pequeno, da construção da rede de energia elétrica em Taió e Rio do Campo, dos convênios para a limpeza da barragem naquele Município, da construção de casas naquela região. Enfim, poderíamos continuar citando obras e mais obras, num montante de R\$4 milhões.

Srs. Deputados, foi dito aqui pelo Deputado Heitor Sché, pelo seu conhecimento, pela sua sapiência e experiência, que os Deputados que representam a região do Alto Vale do Itajaí devem somar forças para que essas obras que foram iniciadas e não concluídas no Governo Paulo Afonso sejam agora reiniciadas, ou seja, vamos unir forças para que a ligação asfáltica entre Mirim Doce, Braço do Trombudo e outros Município do Alto Vale do Itajaí seja efetivamente concluída.

Também é necessário que se resolva naquele Município a questão da agricultura, a questão do Mercosul. Não houve a reconversão para os nossos produtores naquela região, produtores de cebola, de leite, que estão tendo que abandonar as suas propriedades por falta de um crédito agrícola mais adequado, de uma extensão rural mais presente em todos os Municípios, de uma pesquisa agropecuária mais adequada a todos os produtores, como assim determinou o Grito da Terra.

Por isso, Deputado Nelson Goetten, se existem diferenças entre V.Exa. e o Deputado Federal João Matos devem ser dirimidas em um outro local, mais adequado. Aqui, temos que entrar nas questões de Governo, como as obras iniciadas pelo Governo Paulo Afonso, que terão de ser concluídas.

De nossa parte, faremos sempre questão que o Governo Esperidião Amin cumpra aquilo que prometeu. O atual Governador fez campanha política com a folha de pagamento dos funcionários públicos na mão, dizendo que ia pagar os atrasados, e até hoje não conseguiu cumprir o que prometeu. E nós queremos que cumpra isso e que atenda a outras reivindicações.

O Sr. Deputado Romildo Titon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Romildo Titon - Nobre Deputado, quero fazer coro com V.Exa. em relação ao assunto que ora levanta.

O Deputado Nelson Goetten fez um discurso emocionante, e por diversas vezes já tem feito, através da tribuna, sérias investidas contra o Governo do PMDB, contra Paulo Afonso, olhando apenas para o lado negativo.

É muito fácil criticar os erros dos outros. E aconteceram erros? Sim, como em todos os outros Governos. Mas todos aqueles erram é porque tentam acertar. Porém quero dizer ao Deputado Nelson Goetten que também houve méritos e que as obras do Governo Paulo Afonso, um Governo essencialmente municipalista, ficaram marcadas na história de Santa Catarina.

Convido V.Exa., Deputado Nelson Goetten, para percorrer o Meio-Oeste, o Planalto Sul de Santa Catarina e fazer um comparativo de obras e de investimentos do Governo do PMDB com o Governo do seu Partido. Poderemos ver que foi um Governo que se interessou pelos pequenos e médios Municípios. Nas BRs, V.Exa. encontrará a cada instante ambulâncias, que percorrem este Estado transportando doentes; verá, naqueles Municípios, construção de postos de saúde, de ginásio de esportes, de delegacias, de rodovárias e tantas outras obras feitas em parceria com os Municípios.

Mas não estou aqui para fazer um discurso somente nesta linha. Talvez V.Exa. muitas vezes tenha imaginado e pensado que aqui nesta Casa não tem quem fale por Paulo Afonso. Tem, sim, Deputado Nelson Goetten! Nós só estamos aguardando e dando um tempo ao Governo que aí está. E se quiséssemos criticar já teríamos o que criticar desde o primeiro dia em que aqui chegamos!

Por exemplo, o Sr. Esperidião Amin falou tanto em quitar as folhas de pagamento atrasadas; no entanto, já se passaram cem dias e ele ainda não quitou nenhuma! E se houve incremento na arrecadação, qual a prioridade que se está dando?

Quanto à BR-282, depois de quarenta anos fomos buscar oportunidade de ver a 282 começando no sentido Meio-Oeste rumo ao litoral, coisa que nunca aconteceu na nossa história, porque os recursos ficavam sempre aqui, próximo à Capital. No entanto, o Sr. Esperidião Amin, quando assumiu, mandou retirar as máquinas das obras da BR-282, no trecho entre Campos Novos e Vargem.

Ainda sobre a BR-282, no trecho de Lages a São José do Cerrito, a obra andou devagar no tempo do Governo Paulo Afonso, mas pelo menos ele teve a coragem, nos seus quatro anos, de começar uma obra tão reivindicada. E agora, o Governador Esperidião Amin diz que não tem R\$150 mil por mês para dar continuidade àquela obra, que até o final do seu mandato poderia chegar a São José do Cerrito.

Então, não tem dinheiro para pagar as folhas de pagamento atrasadas, não tem dinheiro para continuar a BR-282, no entanto, mandou recomençar a Via Expressa Sul, uma obra que custa mais de R\$20 milhões. Tomara, Srs. Deputados, que não seja com a única intenção de reeleger a sua esposa para Prefeita da Capital!

E há muitas outras coisas que poderíamos citar aqui, Deputado Nelson Goetten. E não pense V.Exa. que os Deputados do PMDB que estão aqui não irão defender a administração de Paulo Afonso. Nós tivemos nesta Assembléia mais de dois anos de entrave porque tínhamos minoria, e o Governador não conseguia colocar em prática os seus objetivos.

Quanto ao episódio das Letras, o Sr. Paulo Afonso é que vai responder na Justiça se deve ou não. Houve o julgamento pela Assembléia Legislativa, mas eu fico imaginando, Deputado Rogério Mendonça, o grande crime que Paulo Afonso cometeu: o processo da Letras. Agora já se fala no Congresso Nacional em liberar os R\$360 milhões para Santa Catarina que estão bloqueados. Daqui a pouco, talvez, aquilo que era dinheiro sujo não vai ser mais; aquele dinheiro que ninguém poderia tocar talvez agora seja do interesse do Governo de Santa Catarina.

Portanto, Deputado Rogério Mendonça, congratulo-o pelo seu pronunciamento. E não admito que um Deputado venha trazer para esta Casa seus problemas

pessoais com outros Deputados. O Deputado Federal João Matos foi reconhecido em Santa Catarina pelo grande trabalho que fez na área da educação. E não vai nos faltar oportunidade para dizer as obras que fizemos nem para relatar as obras inacabadas que também o Governo da União deixou em outras oportunidades.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Romildo Titon.

Finalizando, gostaria de falar sobre a Educação também. Recentemente, a Secretária-Adjunta da Educação, Simone Schramm, fez referência que no Norte do Estado encontrou os estabelecimentos escolares pertencentes ao Estado de Santa Catarina em excelentes condições. Gostaria também de dizer que Santa Catarina foi considerado o segundo Estado do País em termos de qualidade da educação.

Então, Deputado Nelson Goetten, deixo um desafio: o Governo Esperidião Amin poder dizer que realizou mais obras no Alto Vale do Itajaí do que o Governo Paulo Afonso. Ai, sim, eu estarei dando mão à palmatória, estarei reconhecendo que este Governo foi um Governo melhor, que foi um bom Governo para o Alto Vale do Itajaí.

É este, portanto, o desafio que eu deixo: que no Alto Vale do Itajaí as obras deste Governo possam chegar pelo menos à metade do que fez Paulo Afonso, do que fez João Matos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos treze minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos chegando neste momento da última audiência pública que a Comissão de Justiça realizou. Fizemos oito reuniões em todo o Estado de Santa Catarina para discutir os problemas da educação com respeito ao art. 170 da Constituição do Estado (e houve duas emendas constitucionais apresentadas, uma pelo Governo e outra pelo Deputado Pedro Uczai), e todas foram um verdadeiro sucesso.

Ainda hoje realizamos duas, uma em Tubarão, na Unisul, e outra na cidade de Criciúma, com a participação de dez Deputados. Por isso o número limitado de Deputados presentes a esta sessão, porque estavam participando desse evento, que refutamos de muita importância.

Mas o que me surpreendeu, Srs. Deputados, é que li no jornal A Notícia, de domingo, uma nota dizendo que na audiência pública no Município de Chapecó houve um atrito e que os reitores haviam chegado à conclusão de que foi possível acontecer isso por falta de autoridade deste Deputado e pela má organização dos debates.

V.Exas. estiveram lá, e se essa inverdade foi dita pelos reitores ou pelos jornalistas, para mim tanto faz, porque um ou outro está mentindo.

Agora, está muito comum esta imprensa que cobre Santa Catarina mentir. Na quarta-feira, eu estava num debate com a Secretária da Educação no meu Município e ouvi no noticiário da televisão e li, no dia seguinte, nos jornais que esta Casa havia aprovado um projeto de resolução por trinta e nove votos a favor e um contra.

Ora, eu até vou querer ao seu Presidência que verifique quem votou no meu lugar! Alguém está mentindo! Ou é a imprensa

que mente ou é mentirosa a informação que é dada à imprensa, porque eu não estava presente. E sei que os Deputados Adelor Vieira e Ciro Roza também não estavam!

Acho que o dever da imprensa é falar a verdade, e não mentir para a população de Santa Catarina. Eu não estava presente! Votaria a favor se estivesse? Claro que votaria! Mas eu não estava presente e, por via de consequência, não admito que a imprensa comece a mentir para a população de Santa Catarina, como mentiu o jornal A Notícia de domingo.

V.Exas. são testemunhas se houve algum fato que tenha desabonado as nossas audiências públicas. E a imprensa deveria estar lá debatendo, verificando a razão das audiências públicas, e não fazendo comentários maldosos contra este e outros Deputados.

Por sinal, foi um sucesso essa audiência pública que fizemos. Então, não cabe nem ao jornalista nem à imprensa divulgar o que efetivamente não aconteceu. E fico imensamente satisfeito que esteja aqui presente, e naturalmente escutando o que estou dizendo, o meu amigo e jornalista Paulo Alceu.

Eu acho que é covardia da imprensa fazer acusação sem ter ouvido a outra parte. É muito cômodo, Deputado Herneus de Nadal, atirar lama em alguém sem dar oportunidade deste alguém se defender, sem ver se ao menos a notícia é verdadeira.

Isso até me fez lembrar aquela história de alguém que jogou as penas de um travesseiro do alto de uma torre e disse: agora vocês vão juntar as penas!

Então, acho que é covardia da imprensa. Não é esta a imprensa que eu defendo. Eu sou favorável que a imprensa tenha todo o direito, que seja permitido abrir tudo para a imprensa, mas acho que ela deve dar a notícia verdadeira, e não a notícia apenas por ouvir dizer. Ouvi dizer que na Assembléia a votação foi trinta e nove votos a um e faz esse estardalhaço todo, assim como fez sobre essa audiência pública em Chapeco, por sinal, muito concorrida e importantíssima.

Os Deputados que estiveram presentes nas audiências irão, depois, falar. Os Deputados Jaime Mantelli e Pedro Uczai compareceram em todas as reuniões; o Deputado Paulo Bornhausen só não compareceu na de Chapeco; a Deputada Ideli Salvatti também compareceu em quase todas; alguns Deputados compareceram no Município de Caçador; os Deputados Reno Caramori e Ivan Ranzolin compareceram em Lages. E todas as audiências, foram realizadas de forma extraordinária. Por isso essa minha, não digo mágoa, porque não guardo mágoa, mas revolta, porque as informações não são verdadeiras.

Eu não posso admitir que o jornalista que se diz o único sábio neste Estado, o único que fala a verdade neste Estado, venha aqui jogar penas contra os outros. Não admito isso! E se tem mágoa contra este Deputado porque não obedeceu às suas ameaças, porque não fez o que queria, ele que vá disputar eleição, eleja-se e venha aqui fazer aquilo que achar correto! Não é justo que ele use da imprensa porque está magoado comigo, que use desse expediente sem dar oportunidade de eu me defender.

Eu não tenho medo dele, não! Disse ele pode ter certeza. Mas se ele achar que eu errei nas minhas atitudes, que se eleja Deputado e venha até aqui fazer o que eu estou fazendo. Que não use o meio que tem nas mãos, jogando na imprensa o que bem entende, porque isso é covardia, uma vez que não dá oportunidade de eu me defender.

Por isso, Deputado Heitor Sché, essa minha revolta. Eu não admito! E vou dizer mais: se não tiver jeito na Justiça, vai na porrada! Porque eu já vi que cavalo chucro doma-se na base da porrada. Ele que se cuide, porque comigo o buraco é mais embaixo!

Muito obrigado! Eu não tenho medo dele, muito menos da imprensa. Ele que me respeite, porque eu sempre o respeitei. Nunca faltei com respeito a quem quer que seja. Por via de consequência, ele que respeite os outros!

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa, inclusive como ex-Presidente, como ex-membro da Mesa Diretora que capitaneou a implantação do Orçamento Regionalizado no Estado de Santa Catarina, para falar sobre essa proposta, aprovada por esta Casa através de emenda constitucional de autoria do ex-Deputado Estadual e hoje Deputado Federal Carlito Merss.

Essa proposta encontrou, depois, na Comissão do Orçamento Regionalizado, presidida durante dois anos pelo atual Presidente desta Casa, o Deputado Gilmar Knaesel, suporte para ser implementada no Estado. No ano passado, inclusive, criamos a Coordenadoria do Orçamento Regionalizado.

Nunca esta Casa esteve tão próxima da população catarinense como no período de discussão do Orçamento Regionalizado, no qual foram colocados recursos na ordem de R\$80 milhões no ano passado, envolvendo 1.163 obras. Foi pouco para o que Santa Catarina precisa, mas foi pouco justamente para que fosse viável, para que fossem exequível, para que não ficasse naquela velha fórmula de as lideranças municipais e regionais reivindicarem determinadas obras e os Parlamentares elaborarem um orçamento que, na maioria das vezes, sabiam ser inexequível. Ficava tudo no "fiz de conta que pedi e sei que não vai sair".

O Orçamento Regionalizado mudou isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Passou a ser feito com a participação das comunidades, dos Municípios. Passou a fazer da participação popular um instrumento, um mecanismo de democratização da administração pública. Passou, portanto, a fazer democracia com a participação popular, não de forma tão avançada como no Orçamento Participativo, mas avançada nos moldes que era possível estabelecer-se.

Infelizmente, as notícias não são alvissareiras. Um dos maiores jornais deste Estado estampou a seguinte manchete: "Governador tenta driblar o Orçamento Regionalizado", e se isso acontecer, se o Orçamento Regionalizado não for cumprido, há que se dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que a população catarinense será desrespeitada.

Por isso, fazemos um veemente apelo ao Governo do Estado para que respeite a decisão soberana da população na escolha dessas obras, que respeite aquilo que esta Casa estabeleceu na votação do Orçamento para 1999. Ainda restam 97% do Orçamento para o Governador do Estado manipular livremente, se assim desejar, mas se atacar os 3% apenas que foram destinados para o Orçamento Regionalizado isso é realmente atacar a democracia.

Isso posto, conclamamos todos os Deputados desta Casa, de todos os Partidos, para que, juntos, possamos convencer o Governo a não cometer esse crime contra a democracia e contra a população catarinense.

E ao que foi dito pela imprensa neste final de semana diria mais: o Orçamento Regionalizado não é apenas uma questão de honra para a Assembléia Legislativa, é também uma questão de honra para a população catarinense. Vamos respeitar a participação popular nos Governos. Que o povo participe do processo de escolha e de definição das obras, da aplicação do recurso, que, em última instância, sai do bolso do consumidor, que paga seus tributos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos crer que essa intenção do Governo não passa de um equívoco, de um desacerto de início de Governo. E esperamos que ele possa respeitar, acima de tudo, a população catarinense, que participou desse processo de forma tão democrática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta semana começou bem, com vários discursos, alguns um pouco mais exaltados, o que faz parte desta Casa democrática.

Sobre a última questão levantada pelo Deputado Neodi Saretta, o Orçamento Regionalizado, gostaria de dizer que ele foi iniciado em 1997 e que o ex-Governador Paulo Afonso simplesmente descumpriu, não deu a mínima. E o Governo atual deve, na medida do possível, dar a devida atenção para o Orçamento Regionalizado, porque se está dando um passo em direção à democracia participativa, não apenas representativa.

As comunidades, os Municípios estão elencando as prioridades em termos de investimento nas suas respectivas regiões, e tenho certeza de que o atual Governador não vai furtar-se, em que pese as dificuldades do Estado, a atender minimamente o Orçamento Participativo.

Mas eu também quero falar um pouco sobre otimismo, pois recebi dois expedientes, um do Município de São Lourenço d'Oeste e outro do Município de Itapiranga, dizendo que as cooperativas e as Prefeituras estão cobrando das autoridades providências no sentido de credenciarem o que hoje é o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob: num banco que possa atender com linhas de crédito os pequenos agricultores.

Através desses expedientes, que V.Exas. também devem estar recebendo, os Municípios solicitam:

- credenciamento do Bancoob para acessar diretamente os recursos do FAT, nas linhas do Pronaf e do Proger, o qual distribuirá os recursos através das cooperativas de crédito, para atender à demanda estratificada, constante no pleito dos Municípios;

- estender ao Bancoob o benefício da equalização dos encargos financeiros na destinação de recursos próprios para financiamento agropecuário;

- alterar a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, estabelecendo o mesmo multiplicador dos demais bancos comerciais, para a apuração do patrimônio exigido.

Este atual pleito encontra-se, no momento, na Casa Civil da Presidência da

República, uma vez que já houve uma audiência dos integrantes do Bancoob com o Ministério da Agricultura pleiteando essas medidas.

Essas propostas encontram-se com o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e estamos fazendo um requerimento, que amanhã deverá ser colocado para a apreciação desta Casa, para que este órgão público federal se manifeste e, desta forma, o Bancoob possa acessar diretamente os recursos do FAT, que são hoje, segundo o levantamento feito pelas cooperativas, R\$447.830 milhões. Esses recursos irão atender os pequenos agricultores na área cooperativa, totalizando 1.013 Municípios e aproximadamente 28.900 produtores rurais.

Em tese, temos muita coisa no papel para beneficiar o pequeno agricultor. Além do Bancoob, existe a proposta do Banco da Terra, que está sendo fomentado, e já foi aprovado aqui o Banco do Povo. Então, Srs. Deputados, se parte dessas propostas e dessas intenções que estão no papel forem implementadas, pois já foram aprovadas, a nossa agricultura estará bem servida.

Oxalá, possamos ver funcionar na prática, pelo menos em parte, muito do que a lei hoje já preconiza em favor do nosso pequeno agricultor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência dos Deputados Clésio Salvaro, João Rosa, Manoel Mota, Milton Sander e Wilson Wan-Dall.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 011/99, de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, que denomina de Rodovia Estadual Otávio Dassoler a rodovia localizada no Bairro São Simão, no Município de Criciúma.

Ao projeto foi apresentada a Emenda Modificativa nº 01.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação o projeto e a emenda.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Do que se trata este projeto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Denomina Rodovia Estadual Otávio Dassoler a rodovia localizada no Bairro de São Simão, no Município de Criciúma.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - Furb, cumprimentando-o pela passagem dos 35 anos de sua fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimentos de autoria dos Deputados Joares Ponticelli, Heitor Sché e

Adelor Vieira, que solicitam o envio de mensagem telegráfica ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel Walmor Backes, cumprimentando-o pelo transcurso dos 164 anos de criação dessa Polícia Militar.

A Presidência defere de plano.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando aumento ao efetivo da Polícia Militar no Município de Nova Trento.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Altair Guidi, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a duplicação asfáltica na rodovia SC-444, trecho Criciúma até a BR-101, com extensão de 11,10 quilômetros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Altair Guidi, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a duplicação asfáltica na rodovia SC-444, trecho BR-101 até a Praia do Rincão, com extensão de 10,15 quilômetros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Educação e dos Desportos, solicitando providências no sentido de que seja viabilizada a criação do ensino de 2º grau na localidade de Rio da Anta, Município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, solicitando providências no sentido de que seja transformado o posto avançado do Besc em agência no Município de Chapadão do Lageado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Presidente do

Banco do Estado de Santa Catarina, solicitando providências no sentido de que seja transformado o posto avançado do Besc em agência no Município de Mirim Doce.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que sejam transferidos ao Estado os encargos de efetuar melhorias e fazer a devida manutenção do trecho da estrada que liga a comunidade de Dalbérgia, no Município de Ibirama (passando pelo Município de José Boiteux), à comunidade de Bonsucesso, no Município de Itaiópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Presidente do Besc, solicitando providências no sentido de que seja transformado o posto avançado do Besc em agência no Município de Braço do Trombudo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Presidente do Besc, solicitando providências no sentido de que seja transformado o posto avançado do Besc em agência no Município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando recursos para a ampliação e reforma do Parque da Festa Estadual do Queijo, em Laurentino.

Em discussão.

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a recuperação do acostamento da rodovia SC-426.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando a construção de rodovia asfaltada entre os Municípios de Trombudo Central e Braço do Trombudo.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Nelson Goetten, a ser enviada ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, solicitando a criação de mais uma Vara na Comarca de Ibirama.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que envide esforços no sentido de incluir o Município de Jaraguá do Sul nas sessões públicas de debates sobre a concessão das rodovias estaduais à iniciativa privada.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser enviada ao Secretário da Saúde, solicitando providências no sentido de efetuar a liberação de recursos para a construção de duas unidades sanitárias nas localidades de Itinga e Rainha, no Município de Araquari.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Requerimento de autoria do Deputado Moacir Sopena, que solicita o envio de mensagem telegráfica às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e aos integrantes do Fórum Parlamentar Catarinense, objetivando a inclusão no projeto de lei que trata da reforma da previdência social de dispositivos que flexibilizem as relações de emprego no meio rural.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos a discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Previdência e Assistência Social, reivindicando o não-fechamento da gerência regional e da procuradoria do INSS em Criciúma.
Em discussão.
(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, reivindicando que interceda junto ao Ministério da Previdência Social pelo não-fechamento da gerência regional e da procuradoria do INSS em Criciúma.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Herneus de Nadal, que, nos termos do art. 107, parágrafo único, do Regimento Interno, solicita o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 0009.9/98, que determina a realização de plebiscito junto à população do Distrito de Santa Lúcia, no Município de Palmitos.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do Escritório Regional da Rede Ferroviária Federal S/A em Curitiba, no Paraná, reivindicando informações referentes à política adotada pela Rede Ferroviária Federal S/A - SR5, que abrange Paraná e Santa Catarina, quanto à demissão de funcionários ocasionada pela privatização em 13 de dezembro de 1996.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo que interceda junto ao Ministério da Previdência Social pelo não-fechamento da gerência regional e procuradoria do INSS em Criciúma.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do Escritório Regional da Rede Ferroviária Federal S/A, em Curitiba, pedindo informações quanto à viabilidade da cessão, através de contrato que possibilite o funcionamento, da escola da rede ferroviária federal, sediada em Mafra.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Chefe do 16º Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, pedindo viabilizar estudos técnicos que incluam nos planos recursos financeiros que possibilitem a implantação de um canteiro central no trevo que dá acesso a Peritiba.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e aos Parlamentares catarinenses com assento no Congresso Nacional, pedindo a recomposição do Orçamento da União para viabilizar a manutenção dos recursos preceituados na Lei nº 8.742/93.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.
Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e aos Parlamentares catarinenses com assento no Congresso Nacional, pedindo empenho para apurar os desvios de recursos financeiros ocorridos no sistema financeiro e no Poder Judiciário.
Em discussão.
O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Peça a palavra, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Sr. Deputado Afonso Spaniol.
O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de dizer que encaminhamos à Mesa um requerimento, pois todos sabem sobre as duas CPIs que neste momento acontecem no Congresso Nacional. Uma é sobre o sistema financeiro e a outra é sobre o Poder Judiciário.
Nós, quando escutamos diariamente os noticiários, às vezes, parece que ficamos com vergonha de ser brasileiros, de tantas evidências de desvio de dinheiro público, do descaramento, da forma tão explícita como homens públicos, lá em cima, tratam com desdém, com menosprezo, o dinheiro público.
Nós, em nível de Assembléia Legislativa, queremos manifestar o nosso apoio a estas duas CPIs, encorajando os seus integrantes. Com o envio dessa mensagem queremos parabenizar os mentores dessas CPIs e queremos solicitar aos seus integrantes, ao Presidente do Congresso e aos seus Relatores para irem a fundo na questão.
A Assembléia Legislativa de Santa Catarina está a favor de que se passe este País a limpo, porque hoje, infelizmente, uma das grandes mazelas, uma das grandes

causas do nosso atraso em termos de cultura política, em termos de atraso econômico, é o grande nível de corrupção que ainda campeia em todas as instâncias dos nossos Poderes constituídos.

Daí a preocupação em externarmos o apoio da Assembléia Legislativa de Santa Catarina para que estas CPIs do Congresso, tanto a do Judiciário quanto a do sistema financeiro, vão a fundo e procurem os culpados, doa a quem doer. Este é o nosso objetivo, para que possamos avançar no sentido de passar este País a limpo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão o requerimento.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu estou usando a palavra apenas para que se registre na Assembléia Legislativa, mas com a permissão do Autor, que entendo que tínhamos que fazer um requerimento assim com a assinatura de toda a Casa, porque o que está acontecendo no Banco Central e o que está acontecendo na CPI do Senado, especialmente do sistema financeiro, é algo assustador.

Nós, em Santa Catarina, estamos às voltas há algum tempo para conseguir fazer com que apórtem recursos de R\$200 milhões no Besc, que talvez nem necessite de tanto dinheiro. Nós estamos sendo ameaçados com a privatização do nosso Banco, por uma iniciativa privacionista do Banco Central, que nos deixou até acuados.

A reação da nossa sociedade, dos Deputados Estaduais, do Governo, dos Deputados Federais, deixou o Banco Central um pouco na defensiva, mas ninguém sabe o que vão fazer amanhã, ninguém sabe a iniciativa que vão tomar daqui a uma semana.

Eu acho que as questões estão paralisadas, porque o abalo moral que está sofrendo o Banco Central é algo inédito neste País. A última denúncia, neste final de semana, de que foi o próprio Banco Central que solicitou por várias vezes que se elaborasse uma carta do BNEF, deixou todo o País perplexo. E os acontecimentos de hoje e desta semana na CPI do Congresso realmente podem revelar muitas questões que ainda não sabemos.

Eu li, há uns quinze dias, um editorial da Gazeta Mercantil, cujo título dizia: "Está na hora de abrir a caixa preta do Banco Central". São bilhões de dólares que foram levados do Tesouro deste País e que acabaram dando sustentação para pequenos grupos, para banqueiros tipo o Sr. Cacciola, que agora tenta se fazer de vítima, que além de comprar os dólares a um preço mais barato ainda remeteu para o exterior 17 milhões, mesmo estando o seu banco sob intervenção.

A situação nos preocupa muito. O sistema financeiro do Brasil pode ser abalado não por falta de dinheiro mas, sim, por corrupção, Sr. Presidente.

Por isso, entendo que um requerimento dessa natureza deveria ter a assinatura de toda a Casa, com todos nós participando, e como pede aqui, precisamos ter cautela, sem levantar nenhuma suspeita maior, sem fazer julgamentos.

O requerimento de autoria do Deputado Afonso Spaniol diz:

(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do

Deputado Afonso Spaniol, ao mesmo em que parabeniza os Srs. Parlamentares do Congresso Nacional pela iniciativa da instalação da CPI do Judiciário e do Sistema Financeiro Nacional, solicita o máximo de empenho possível para apurar em profundidade as fortes evidências de desvios de recursos financeiros ocorridos no Sistema Financeiro Nacional e no Poder Judiciário."

Esse é um requerimento maduro, um requerimento que a Assembléia Legislativa não pode deixar passar em branco.

Por isso, Deputado Afonso Spaniol, eu faço uma sugestão: que assinemos, todos os Líderes de Bancada, esse requerimento ou que o transformemos em um requerimento de todos para dar força a essa iniciativa que V.Exa. está propondo, porque muitas vezes se tenta desmoralizar as CPIs, como aconteceu com o ex-Presidente do Banco, que foi para lá e ficou em silêncio premeditadamente, tendo já os seus advogados levado no bolso o *habeas corpus*, sabendo que ele ficaria preso apenas por algumas horas e inclusive que o crime era afiançável.

Temos que dar força à CPI do Parlamento, porque é exatamente o foro onde se descobre as falcatruas, porque estando uma CPI instalada as denúncias afloram e chegam. Sem a instalação dessas CPIs talvez não tivéssemos a oportunidade de ver essas denúncias estampadas e também sendo analisadas caso a caso a flagrante corrupção que está havendo no Sistema Financeiro Nacional.

V.Exa. sabe quem é que paga essa conta, o porquê do empobrecimento deste País, por que não temos dinheiro para a saúde, por que não podemos duplicar e recuperar as nossas estradas, por que o Congresso do País é lento?

Porque toda a produção da força ativa de trabalho, todos os recursos originários das privatizações, que foram bilhões e bilhões de dólares, serviram para o pagamento de juros, de encargos do capital privado que aportou neste País e que leva daqui todas as nossas riquezas.

Acho que temos que punir aqueles que vendem o País, e o Banco Central tem sido palco dessa última frase que acabei de dizer: estão vendendo o povo brasileiro para os bancos estrangeiros.

Por isso, Deputado Afonso Spaniol, parabeno V.Exa. e acho que teríamos que dar uma nova redação à mensagem, mas com o caminho que V.Exa. adotou. Quero dar força e dizer a eles que a Assembléia Legislativa e o povo catarinense estão dando sustentação e força para que todos os Estados façam isso, para que eles se sintam fortes para repelir o que se prepara em roda deles, para que se descubra a verdade. Essa é a posição que eu queria adotar.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Deputado Ivan Ranzolin, o meu objetivo justamente foi esse: que a voz da Assembléia Legislativa de Santa Catarina encontre eco, ressonância, em Brasília, para que essas CPIs realmente sejam levadas a sério, vão a fundo, para que de uma vez por todas estanquem a corrupção que está, a meu modo de ver, solta em várias instâncias e Poderes no nosso País.

Portanto, quanto mais representativa for essa mensagem, melhor. Se há dispositivo regimental para transformá-lo em um requerimento conjunto, muito melhor para esta Casa Legislativa. Por mim, não há problema nenhum.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu encerro a minha participação e se for possível, coloco a minha assinatura e peço vênha à Bancada para darmos apoio, porque é um requerimento forte e que vai dar apoio para as CPIs instaladas no Congresso Nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência, analisando a proposição do Autor, vai transformar o requerimento e procurar os Líderes de todas as Bancadas para a devida assinatura.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, eu só queria fazer uma saudação ao ex-Vereador de Anita Garibaldi, Sr. César, que hoje mora em Lages, que sempre militou em política, e tenho certeza de que continuará trabalhando pelos interesses, agora, do Município de Lages.

Muito obrigado!

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Serão procurados os Srs. Líderes para procederem à assinatura no requerimento.

Requerimento de autoria do Deputado Heitor Sché, que, com fundamento no inciso XIII, do art. 124, combinado com o art. 149 do Regimento Interno, requer a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 09.7/99, que revoga dispositivo da Lei nº 10.298, de sua autoria, de 26 de dezembro de 1996 e dá outras providências, que se encontra em tramitação nas Comissões Permanentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que, com amparo no Regimento Interno da Casa, solicita que seja realizada uma atividade especial para o lançamento do Manual Infantil para a Educação de Trânsito, a realizar-se no dia 19 de maio de 1999.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, antes de dar continuidade à Ordem do Dia, quer convidar os Srs. Líderes para uma reunião, logo após esta sessão, no gabinete da Presidência, com a presença do Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Antônio Carlos Vieira, e com o Sr. Secretário da Casa Civil, Dr. Celestino Secco.

Pedido de informação de autoria do Deputado Milton Sander, a ser enviado ao Governador do Estado, acerca de vários quesitos pertinentes à Secretaria da Educação (Conselho Estadual de Educação).

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti, a ser enviado à Secretária da Educação e do Desporto, solicitando que sejam encaminhados a esta Casa os valores pendentes a serem pagos aos alunos do curso Magister, especificando o montante devido para cada curso nos exercícios de 1998 e 1999, bem como as explicações devidas pelo não-pagamento e as previsões dos repasses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada à Secretária da Educação e do Desporto, sugerindo alteração do calendário escolar, adequando-o para o mês de março de cada ano o reinício das aulas nos estabelecimentos de ensino em Santa Catarina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos dando entrada a esta indicação em relação à alteração do calendário escolar do Estado de Santa Catarina por termos a preocupação de que as aulas estão começando muito cedo, e isso está trazendo prejuízos para o Estado de Santa Catarina.

Já estivemos conversando com o setor hoteleiro, de bares, restaurantes e similares e constatamos que isso está trazendo um problema muito sério, inclusive para os pais de alunos e os professores, porque a aula tem previsão, Deputado Nelson Goetten, de começar no dia 08 de fevereiro.

Vejam bem que as aulas começam em cima da temporada de férias na Grande Florianópolis e em todo o litoral de Santa Catarina, onde temos um grande fluxo de turismo interno. As aulas começam muito cedo!

Por isso, demos entrada a essa indicação, a ser enviada à Secretária da Educação, pedindo, sem que diminuam as horas/aulas, para encontrar uma maneira das aulas terminarem perto do Natal e começarem somente em março, a fim de que possamos, em fevereiro, fazer com que todas as famílias possam se programar, terem férias tranquilas, não tendo que voltar anteriormente.

O nosso Presidente da Comissão de Educação conhece muito bem a Lei de Diretrizes Básicas da Educação e sabe que dissemos que não queremos, de maneira nenhuma, diminuir os dias letivos. O que queremos é uma adequação do nosso calendário escolar para que não prejudiquem os hotéis, bares e similares e deixemos de ter empregos.

Afinal, pregamos aqui na Assembléia Legislativa, e o próprio Estado de Santa Catarina quer, a geração de empregos para a nossa terra, para a nossa gente catarinense. E com um calendário desses, começando as aulas no dia 8 de fevereiro, perdemos 22 dias de uma temporada que, sem dúvida nenhuma,

gera riquezas, renda, para todo o litoral catarinense e para o interior também, visto que temos também o turismo rural.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa, Deputado Sandro Tarzan.

Coincidentemente, no início da tarde de hoje, estávamos acertando com a Secretária da Educação a sua presença e a da sua equipe na nossa Comissão Permanente de Educação para se discutir todo o projeto do Governo, da Coligação Mais Santa Catarina, para a educação pública catarinense.

Um dos assuntos que abordaremos, inclusive pretendemos realizar uma audiência pública na nossa Comissão, é exatamente essa questão da adequação do calendário escolar ao calendário turístico de Santa Catarina.

O que se promoveu contra o turismo em Santa Catarina foi um crime: os professores retornando no dia 1º de fevereiro, em uma das melhores temporadas que tivemos nas últimas décadas em Santa Catarina. Nós simplesmente mandamos o turista embora!

Foi isso que aconteceu! Praticou-se esse crime com o turismo de Santa Catarina, logo nós, que temos plena consciência de que temos no turismo uma das mais promissoras fontes de renda, de geração de oportunidades para a nossa gente.

Essa matéria que V.Exa. apresenta é extremamente importante para começar a se discutir nesta oportunidade.

Precisamos ver como foi adequado o calendário do Rio Grande do Sul e de outros Estados, pois já sabemos que houve nesses Estados uma adaptação para que não se prejudicasse a temporada de verão. Eu sei o que dispõe a LDB, na qual os duzentos dias letivos precisam ser cumpridos, mas há necessidade de adequarmos.

Meu caro Deputado, na maioria das escolas em Santa Catarina tivemos praticamente encerrado o ano letivo na primeira quinzena de novembro. Até o dia 20 de novembro tivemos praticamente encerradas as atividades, e os professores foram mantidos nas escolas até o dia 18 ou 20 de dezembro.

Então, o que precisamos é manter o aluno efetivamente até os últimos dias que antecedem o Natal, para que possamos esticar um pouco mais a temporada e dessa forma gerar mais oportunidade de renda para a nossa gente.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Agradeço pelo seu aparte, Deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Deputado, coincidentemente estava lendo uma matéria, num jornal de circulação nacional, sobre a proposta de um Deputado Federal que apresentou um projeto de lei em que tencionava unificar os calendários escolares em todo o Brasil, exatamente para fortalecer o turismo interno, já que sabidamente hoje, infelizmente - é um equívoco da política do Governo Federal -, a remessa de divisas para o exterior é muito grande.

Principalmente em Santa Catarina, que é um Estado com grandes características e com vocação para o turismo, há um espaço emergente na geração de empregos - talvez, a salvação para nós.

Eu creio que a sua proposta vem em boa hora. Sinceramente quero cumprimentar V.Exa. e esperarei pela aprovação. Tomara que iniciemos aqui, no Estado, um movimento para unificar o calendário nacional, porque não é justo que no início de fevereiro as famílias já tenham que se deslocar, voltar para as suas origens, gerando um prejuízo enorme para as cidades, especialmente aquelas localizadas no litoral.

Então, espero que propostas desse tipo mereçam desta Casa a aprovação e que daqui irradiem o fortalecimento dessa tese, para que seja uma coisa uniforme em nível de Brasil.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Obrigado, Deputado Jaime Duarte e Deputado Joares Ponticelli. Realmente já estamos preocupados com isso há algum tempo. O amigo que veio nos trazer essa preocupação foi o Sr. Borguezan, de Laguna, que hoje se faz presente nesta Casa.

Nós já estivemos conversando, inclusive, com o Presidente dos empresários do ramo hoteleiro, bares e similares do Estado de Santa Catarina e sabemos das necessidades que passam esses empresários que vivem exclusivamente do turismo. Nós, inclusive, estivemos há pouco tempo, em meados de fevereiro, num hotel praticamente vazio, quer dizer, deixando de trazer renda, de trazer emprego para a nossa comunidade catarinense.

Por isso, fica aqui a nossa preocupação, e já contatamos vários ramos que vivem exclusivamente do turismo, com a participação também do Deputado Joares Ponticelli, Presidente da Comissão de Educação.

Eu sou ligado ao turismo, porque venho de uma cidade turística, São Joaquim, apesar de ser um turismo em outro tempo, que é o tempo de inverno, e sei da necessidade que passa Santa Catarina em relação a esta inadequação do nosso calendário escolar.

Tenho certeza de que este Plenário e as Comissões de Educação e Turismo haverão de conversar e trazer uma forma para que possamos chegar a um calendário que venha a considerar também os pais e os professores, que às vezes voltam a trabalhar muito cedo, e inclusive o nosso setor hoteleiro e o setor de bares e similares, que lidam exclusivamente com o turismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Finda a matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Esta Presidência, quer reiterar o convite aos Srs. Líderes para uma reunião na Presidência, com a presença dos Srs. Secretários Antônio Carlos Vieira, da Fazenda, e Celestino Secco, da Casa Civil.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Eu só quero, com a sua permissão, registrar aqui a presença do suplente de Vereador Gilmar Machado, de Tubarão, e do futuro Governador do Rotary, Gelson Borghesan, que nos prestigia com a sua presença nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Inscrito para falar em Explicação Pessoal, em primeiro lugar o Deputado Nelson Goetten, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu não podia dormir sem antes vir a esta tribuna. Infelizmente não estão aqui os Companheiros do PMDB, para que pudessem aqui fazer a defesa novamente de Paulo Afonso, porque está começando a se identificar aqueles que estavam mais comprometidos com o Governador Paulo Afonso.

Eu pensava que aqui poucas pessoas, poucos peemedebistas, tinham coragem de dizer que eram parceiros e de defenderem Paulo Afonso. Mas hoje ficou evidente que existem pessoas que têm coragem de fazer um veemente discurso e uma cobrança em cima do Governador Esperidião Amin, que está há 100 dias à frente deste Governo, em uma situação de herança negativa de R\$1,7 bilhão, e já falamos por muitas vezes desta tribuna que é um fato que nos preocupa muito.

Tenho certeza de que o Governador tem as preocupações que o povo de Santa Catarina tem, que é de buscar uma saída para o nosso Estado, e não vão faltar competência e determinação do Governador. Mas nós mais uma vez vimos discurso inflamado de pessoas do PMDB cobrando uma posição do Governador nesses cem dias.

Nós queremos repetir mais uma vez a dificuldade que tem o nosso Governador para viabilizar este Estado naquilo que é mais sagrado, que é a folha de pagamento dos servidores nesses cem dias: ele não tem o dom do milagre.

E quando falaram em incremento de receita, houve, sim, no mês de março. A receita foi a R\$192 milhões no mês de março, mas nos meses de janeiro e fevereiro deu apenas para cobrir as despesas. E qualquer um que sabe fazer contas, se fizer a leitura da receita e da despesa do Estado, verá que se fecharmos as portas de todas as instituições do Estado amanhã, perceberemos que a dívida constituída do Estado, aqueles repasses que são constitucionais e a folha de pagamento, é de R\$156 milhões, para uma receita média de 180.

Portanto, nós temos que entender que é preciso um determinado tempo. Mas eu queria cobrar deste microfone, e por isso não queria dormir antes disso, além de querer registrar nos Anais desta Casa, que nós não queremos a prestação de contas de R\$1,3 bilhão que o Governo Paulo Afonso deixou. Nós queremos, sim, apenas que o ex-Governo preste contas, que o PMDB preste contas daquelas obras que eles falaram que hoje estão paradas, daqueles mais de 300 milhões que vieram em dinheiro vivo para os cofres do Estado de Santa Catarina, que foi o dinheiro das Letras, da Invesc, e aquelas AROS.

Este dinheiro não veio do suor do povo de Santa Catarina, que não é o dinheiro da receita do Estado, veio, sim, do dinheiro que foi captado de forma criminoso e que veio aportar nos cofres de Santa Catarina.

Quero dizer aqui, que quando dizem que o Paulo Afonso foi o Governador mais municipalista de Santa Catarina, que contesto, porque municipalista para os Prefeitos do PMDB, municipalista com um bilhão e seiscentos de dívidas, até eu seria se estivesse na frente deste Governo. Se eu tivesse crédito para gerar um bilhão e seiscentos milhões de dívidas, eu também seria municipalista.

Só os 300 milhões que nós citamos aqui davam para comprar três ambulâncias por Município; davam para comprar três caminhões caçambas, de cem mil cada um, por Município; davam para oferecer três postos de saúde para cada Município de Santa Catarina; davam para comprar seis tratores de pneus para cada Município; davam para construir dois ginásios de esporte, de cem mil cada um Município; davam para comprar para a agricultura de Santa Catarina três carros Gol novos, no valor de 12 mil cada um; e davam para fazer 20 casas para cada Município de Santa Catarina.

Falar que esse é um Governo municipalista é mentir e ofender a inteligência do povo de Santa Catarina; cobrar obras que hoje não estão andamento é ofender a inteligência do povo de Santa Catarina. Qual a empresa que vai trabalhar para um Estado que deve R\$1,6 bilhão de dívida empenhada? Querem enganar quem? Querem mentir para quem? Com quem eles pensam que estão conversando?

Querem continuar enganando e mentindo para Santa Catarina. Nós escutamos com a maior educação, mas não vamos nos calar, nunca; não vão tapar a nossa boca, nunca, porque os desmandos que estão no Alto Vale do Itajaí, com as obras paradas e inacabadas, são de valores muito grandes.

Por isso, estamos aqui para registrar mais uma vez que sempre vamos estar aqui para defender o Governo Esperidião Amin, para defender a nossa estrutura de Governo e para lembrar a Santa Catarina quem foi o PMDB na frente deste Estado, porque no passado recebia como herança também do Estado a responsabilidade de administrá-lo, na época, o falecido Pedro Ivo, depois entregue ao Casildo Maldaner.

Não vamos nos esquecer que eles mostravam asfalto por metro. Foi a primeira vez que eu vi propaganda na televisão dizendo que tinham feito sete mil metros de asfalto.

Nós falamos de asfalto em quilômetro, e no Alto Vale o PMDB conseguiu mostrar uma obra de asfalto só por metro, porque por quilômetro eles não podem, porque têm vergonha de mostrar. Eu quero que eles mostrem um Município daquele Alto Vale que tenha asfalto feito pelo Governo do PMDB. Que mostrem um, dentre os 26 Municípios do Alto Vale, que tenha asfalto conseguido pelo PMDB. E querem medir obra com os outros Governos? Não podemos dormir escutando tanta besteira assim.

Por isso, estamos aqui para registrar com veemência isso. O aeroporto e dois hospitais, exemplos para Santa Catarina, do Alto Vale, foram feitos pelo Governo Kleinübing. E o PMDB não conseguiu manter aqueles hospitais e nem as estradas que fizemos. Está lá para quem quiser ver o asfalto depreciado, porque nem a manutenção foi feita.

Nós escutamos isso aqui e estamos protestando, deixando registrado nos Anais desta Casa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Só para acrescentar a esse estudo que V.Exa. fez: eles ficaram devendo R\$1,3 bilhão. Temos 293 Municípios em Santa Catarina, e isso daria para cada Município algo em torno de R\$4 milhões, só do que ficaram devendo, somente da dívida empenhada e não paga, sem considerar aí toda a arrecadação que eles incrementaram em 100%.

É preciso reconhecer essa capacidade arrecadatória que teve o Governo deles, pois no Governo Kleinübing tivemos uma arrecadação média de 80 milhões, mas no Governo deles essa arrecadação nunca baixou de 160 milhões.

Portanto, eles dobraram o volume, mas ficaram devendo R\$1,3 bilhão, o que daria mais de R\$4 milhões para cada Município.

Quanto a serem municipalistas, como dizem que foram, tive o cuidado de solicitar à minha assessoria que iniciasse um levantamento em cada um dos Municípios da minha microrregião, a Amurel, onde eles detêm 12 das 18 Prefeituras, e pude perceber que eles discriminaram descaradamente as administrações comandadas por Prefeitos da coligação Mais Santa Catarina, pois beneficiaram e contemplaram somente aquelas que pertenciam ao PMDB.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conclui nesse levantamento prévio, e ainda vou trazer isso detalhadamente, que no meu Município de origem, Tubarão, pelos cálculos que temos até agora foram feitos menos de R\$1 milhão de investimentos, neste que é um Município pólo, que é o maior Município da microrregião, que é o segundo maior Município do Grande Sul do Estado em uma administração que é do PMDB, uma administração que disseram (tenho cópias das fitas), em várias oportunidades, em vários discursos, em entrevistas, em comícios, que não tinha mais nada a pedir para o Governador porque recebeu tudo o que tinha pedido. E recebeu menos de R\$1 milhão.

Então, vejam que se só do que ficaram devendo faltaram três milhões, pode-se ter uma noção do quanto praticaram, do quanto desviaram, do quanto foram irresponsáveis com a coisa pública catarinense.

Temos ouvido agora, nesses menos de quatro meses de Governo, cobranças, como a que tenho recebido constantemente em Tubarão no sentido de que se dê continuidade a uma obra com fundos do Deter, que desapareceram no apagar das luzes. Continuam nos cobrando semanalmente, diariamente, como se isso fosse uma dívida nossa.

Nestes cem dias de Governo, V.Exa. tem razão, nós já temos muito a mostrar para a sociedade catarinense pois graças a Deus o comando é outro, começando pelo funcionário público que já tem mais esperança, porque neste Governo já tem o seu salário pago não em dia mas, sim, antecipadamente.

Neste Governo as dívidas contraídas são empenhadas e pagas! Duvido que exista algum credor deste Governo com dívidas a cobrar do Estado. Tudo o que estamos contraindo, estamos pagando.

Eu sei que esta dívida empenhada é de nossa responsabilidade agora, também, afinal de contas assumimos o comando do Estado e vamos saudar o que eles ficaram devendo. Não tenho dúvida disso, mas eles não podem querer cobrar, porque não têm moral para isso. Eles precisam esperar muito tempo para nos cobrar alguma coisa.

Eles não explicaram ainda, na nossa região, por que fecharam a Serra do Corvo

Branco por quase um ano, por que interditaram aquela passagem importante dos hortifrutigranjeiros de Urubici, que perderam a comunicação com o Sul do Estado e com o litoral. Mas agora, em cem dias de Governo, o nosso Secretário Leodegar Tiscoski já determinou a reabertura. Inclusive, vamos iniciar ainda neste ano a pavimentação daquela importante rodovia para o desenvolvimento do nosso Estado.

Então, eles não têm, absolutamente, nenhuma moral. Mas como já disse, estou preparando um levantamento de cada um dos Municípios da minha microrregião, pois não podemos deixar a população esquecer, até porque os futuros administradores municipais não herdarão coisa diferente, não. Na maioria das administrações comandadas por eles está se praticando os mesmos desmandos que se praticou no Governo do Estado.

Começo a ficar preocupado já com a situação que os futuros Prefeitos encontrarão na maioria das Prefeituras de Santa Catarina, na maioria das 130 Prefeituras que eles comandam.

Agora, Srs. Deputados, pousam de vítimas, como se tivessem sido discriminados. Discriminação foi o que eles fizeram com os nossos Prefeitos e com as nossas administrações.

Parabéns a V.Exa pelo pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Agradeço pelas colocações do Companheiro.

Para encerrar, gostaria de dizer que foi falado sobre a questão das Letras mais uma vez desta tribuna.

O Governador Esperidião Amin foi muito claro e veemente no seu discurso, quando disse que o dinheiro das Letras, acontecesse o que acontecesse, para Santa Catarina não viria, porque ele não vai buscar, de forma nenhuma, nem através do seu esforço político, nem através de outro artifício sequer, recursos das Letras que já foram condenadas com uma ação criminosa.

Então, portanto, entendemos que o nosso Governador tem uma missão espinhosa pela frente. Somos solidários a ele e acreditamos, assim como esperamos o mais urgentemente possível, em uma solução principalmente para os nossos servidores.

Srs. Deputados, o servidor do Estado de Santa Catarina vive um momento de muita angústia. Disse antes aqui e tenho acompanhado que por este longo período de atraso contínuo nas folhas houve um outro problema que agravou a situação do nosso servidor: ele usou seu cheque especial, e está pagando juro na praça.

Então, portanto, além de ele ter perdido o seu crédito, que cabia aí também uma ação de responsabilidade contra o Estado, pois muitos desses servidores estão desesperados com o seu crédito manchado na praça, além de tudo, tinha que ser ressarcido pelos juros que vem pagando continuamente, que se somarmos, no final dará mais de uma folha de pagamento.

Esta é uma verdade que tem que ser dita. Esse é um prejuízo irreparável para o servidor. Mas esperamos que o Sr. Governador continue fazendo justiça, e que daqui para a frente nunca aconteça mais que o nosso servidor tenha que viver a angústia de chegar o dia 30 e não ter dinheiro na sua conta.

Quero repetir que quando a nossa Prefeita assumiu a nossa Capital também foi numa situação desesperadora. Naquela oportunidade esta Capital vivia um momento de muita tristeza para o nosso servidor. Hoje, com muita felicidade e com muito orgulho, podemos dizer que, através da competência da D^a Ângela, já se paga a folha adiantada, e que a nossa Capital já tem dinheiro de reserva no caixa. Isto é um exemplo de administração. Agora, precisou de um tempo.

O próprio PPB no primeiro ano de administração crucificava a D^a Ângela. Mas ela teve a capacidade, a firmeza e, acima de tudo, a responsabilidade de ser firme nas suas ações. E não foi por pressão política que tomou ações firmes e viabilizou a Capital do Estado.

É isso que esperamos do Governador Esperidião Amin: firmeza nas suas ações, decisões com muita responsabilidade, para que de fato o Estado de Santa Catarina e seus servidores possam sentir orgulho de dizer que trabalham com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Hoje os servidores estão humilhados, porque ser servidor é não ter crédito no supermercado, na farmácia, é não ter mais crédito na praça. Essa é a taxa que recebe o nosso servidor. E nós temos que ser solidário com eles, isso temos que registrar aqui. Além disso não podemos esquecer nunca quem é o culpado e quem foi o culpado por manchar o nome do nosso servidor na praça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Heitor Sché, por até trinta minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente e Srs. Deputados, tivemos um requerimento aprovado há pouco por esta Casa que cumprimenta a brava Polícia Militar na semana em que comemora 164 anos de sua criação, a qual registra intocáveis e bons serviços prestados à comunidade catarinense. Sem dúvida isso é motivo de orgulho a todos nós que temos a certeza de um amanhã sereno graças à ação competente e corajosa dos seus homens.

Eu quero deixar a toda corporação da Policial Militar, que tenho a honra de representar nesta Casa junto com o competente Deputado Jaime Mantelli, o meu abraço ao Coronel Comandante-Geral da Polícia Militar, Valmor Backes, meu particular amigo, Comandante digno e altamente competente, que vem desenvolvendo um serviço também elogioso à testa do comando-geral da Polícia Militar.

Ainda há poucos dias tive a oportunidade de ver, de constatar um serviço de socorro prestado a uma pessoa doente pelo serviço de saúde do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, que merece os mais dignos elogios pela presteza, pela capacidade com que atenderam aquele chamamento.

Naturalmente a PM de Santa Catarina não tem condições de prestar maiores serviços em todos os Municípios, porque não tem nem 14% do efetivo desejável para o nosso Estado. Mas esses poucos policiais, desde o soldado até o coronel que servem o nosso Estado, estão realmente de parabéns.

Deixo aqui, desta tribuna, os meus mais sinceros cumprimentos ao seu Comandante e a toda corporação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Manoel Mota, Adelor Vieira e Volnei Morastoni; e pedidos de informação de autoria dos Srs. Deputados Volnei Morastoni e Herneus de Nadal.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 658/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Nº 543, de 31 de março de 1999,

RESOLVE:

Designar **ANSELMO INÁCIO KLEIN**, titular do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-E, matrícula nº 754, para, em caráter provisório, em face de vacância, compor o *quorum* do Colegiado da Procuradoria Jurídica.

Palácio Barriga-Verde, 11 de maio de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 659/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Nº 543, de 31 de março de 1999,

RESOLVE:

Designar **GERSON RODRIGO PAMPLONA**, titular do cargo de Advogado, código PL/ATS-10-F, matrícula nº 1.458, para, em caráter provisório, em face de vacância, compor o *quorum* do Colegiado da Procuradoria Jurídica, atribuindo-lhe a gratificação prevista no artigo 85, II, da Lei Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no valor de 40% do vencimento do cargo efetivamente detido no Quadro de Pessoal.

Palácio Barriga-Verde, 11 de maio de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 660/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Nº 543, de 31 de março de 1999,

RESOLVE:

Designar **MARIA MARGARIDA BITTENCOURT RAMOS**, titular do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-E, matrícula nº 1.126, para, em caráter provisório e em face do afastamento legal do Procurador Michel Curi, compor o *quorum* do Colegiado da Procuradoria Jurídica, atribuindo-lhe a gratificação prevista no artigo 85, II, da Lei Nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, no valor de 40% do vencimento do cargo efetivamente detido no Quadro de Pessoal.

Palácio Barriga-Verde, 11 de maio de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 661/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JAIR JOSÉ FARIAS**, matrícula nº 1688, do cargo de Diretor de Divisão, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 17/05/99 (Diretoria de Transportes).

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 662/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR **FERNANDO VITOR DAMASIO**, para exercer, em comissão, o cargo de Diretor de Divisão, código PL/DASU-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 17/05/99 (Diretoria de Transporte).

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 663/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 9º e 11º, da Lei nº 6.745 de 28/12/85,

NOMEAR **RITA ZONTA**, matrícula nº 3083, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/99 (Liderança do PDT)

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 664/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **VANDERLEI DE LIZ**, matrícula nº 3257, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 317, de 23/02/99, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/05/99 (Deputada Odete do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 665/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o artigo 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95, **KARINA GONÇALVES EUZÉBIO**, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento) a partir de 01/05/99 (Deputada Odete do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 666/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção da Secretaria da Junta Médica, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **MARIA APARECIDA ROSA ECKERT**, a partir de 03/05/99 (Divisão de Saúde e Assistência), revogando-se a Resolução nº 582, de 14/10/98.

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 667/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 0488, de 24/06/98, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a **FREDOLINO BECKER**, matrícula nº 0427, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 01/05/99 (Deputado Jaime Mantelli).

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 668/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 de janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 810, de 15/05/97, que colocou à disposição da APAE - Orleans/SC, **VALDIR BIANCO**, matrícula nº 2173, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 669/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLUÇÃO Nº 669/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item III, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Licença Gestação) a **MARILÍDIA COSTA**, matrícula nº 2129, ocupante do cargo de Assistente de Saúde, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 28/04/99.

RESOLUÇÃO Nº 670/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **NALI STELA BOSSLE**, matrícula nº 1263, ocupante do cargo de Assistente Social, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 09/04/99.

RESOLUÇÃO Nº 671/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **WALMA CORREA SANTA RITA**, matrícula nº 1353, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 11/05/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Romildo Titon - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA.

A Segunda reunião ordinária da Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, realizada em seis de abril de um mil e novecentos e noventa e nove, teve seu início às dezoito horas, quando o Presidente Ronaldo Benedet, após a aprovação da ata da reunião anterior, informou sobre a correspondência recebida e assuntos em pauta.

Sobre o projeto de criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher que os membros manifestaram interesse em discutir e opinar, o membro Deputado Onofre Agostini informou que a Comissão de Constituição e Justiça, da qual é presidente, está remetendo esta matéria a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para este fim.

O Presidente Ronaldo Benedet informou aos demais membros da Comissão que juntamente com a Comissão de Agricultura está sendo organizada uma audiência pública para a discussão dos efeitos da flexibilização cambial sobre a agricultura e preços dos produtos agrícolas, dia quatorze de abril, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa.

Em relação a lei que determina a indenização dos presos políticos durante o regime militar, em Santa Catarina, a comissão deliberou enviar correspondência ao Chefe do Executivo Estadual, solicitando informações sobre as intenções de quando e como pretende cumpri-la. O Deputado Neodi Saretta sugeriu a Comissão a inclusão nos temas de debate e análise a questão dos alimentos geneticamente modificados, os chamados transgênicos, que vêm despertando apreensão, quanto às suas conseqüências, em consumidores do mundo inteiro.

Não havendo mais nada a tratar os trabalhos foram encerrados ficando convocada a próxima reunião plenária para a próxima terça-feira, dia 13 de abril de um mil e novecentos e noventa e nove. A presente ata após a aprovação vai assinada pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Deputado Ronaldo Benedet - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Deputado Neodi Saretta - Membro
Deputado João Rosa - Membro
Deputado Onofre Agostini - Membro
Deputada Odete de Jesus - Membro
Deputado Narciso Parisotto - Membro

*** X X X ***

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUARTA LEGISLATURA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Às dezoito horas do dia treze de abril de 1999, os membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor realizaram mais uma reunião ordinária.

Após a leitura e aprovação da ata da reunião anterior, o Presidente Ronaldo Benedet registrou a presença de membros da Comissão de ex-presos políticos de Santa Catarina, e de seu Presidente Rogério Queirós e do Secretário da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/SC, Dorian Ribas Marinho.

Conforme havia sido deliberado na última reunião, o Presidente, Deputado Ronaldo Benedet fez a leitura da minuta da mensagem a ser dirigida ao Governador do Estado inquirindo por que ainda não foi cumprida a lei 10.719, submetendo-a a discussão e aprovação dos membros da Comissão. O Deputado Onofre Santo Agostini sugeriu que esta correspondência fosse transformada em pedido de informação da Assembléia Legislativa, ao Governo do Estado, submetida a aprovação do Plenário. Sugestão acatada pelos Deputados Membros da Comissão.

Concedida a palavra ao Presidente da Comissão dos ex-presos políticos, este informou que os membros haviam dado uma trégua ao novo Governo e agora reivindicam o cumprimento da Lei.

Por sua vez o Secretário da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, Dorian Ribas Marinho, ao qual foi concedida a palavra, manifestou a preocupação da OAB com a

necessidade e urgência na constituição e implementação do Conselho Estadual de Direitos Humanos e encaminhamento do Projeto do Programa Estadual de Direitos Humanos.

O Presidente Ronaldo Benedet anunciou aos membros o recebimento do Requerimento da Deputada Ideli Salvati, aprovado em Plenário do Legislativo Estadual, para convocar Secretário de Estado da Segurança Pública. Comandante da Polícia Militar, a Prefeita de Florianópolis e outras autoridades para uma audiência pública sobre a chamada Operação Tolerância Zero que vêm anunciando.

Por sugestão do Deputado Neodi Saretta foi escolhida a data de 28 de abril, às nove horas da manhã, tendo como local o Plenarinho da Assembléia, para a realização da Audiência Pública da sobre a Operação Intolerância Zero.

A Seguir, o Deputado Neodi Saretta relatou o Projeto de Lei que autoriza o acesso de cães guia em locais públicos, recomendando a sua aprovação sem propor emendas por se tratar de um meio para assegurar o exercício da liberdade aos portadores de deficiência visual. Após discutida a matéria os senhores membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, presentes à reunião, aprovaram, por unanimidade o parecer do relator.

Trazendo de volta a discussão sobre os produtos transgênicos, iniciada em reuniões anteriores, o Deputado Nilson Gonçalves sugeriu que a Comissão promovesse trabalho de pesquisa sobre o assunto.

O Deputado Neodi Saretta então relata a realização de debate sobre os produtos transgênicos realizada pela Assembléia Legislativa, na última legislatura, o maior evento já realizado no País sobre a questão dos produtos transgênicos, conforme ele. Informou que tramita no Legislativo Estadual, projeto de sua autoria que proíbe o uso de sementes transgênicas em Santa Catarina, propondo debate do projeto na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

O Deputado João Rosa salientando a relevância do tema sugeriu que a Comissão dos Direitos Humanos e Defesa do Consumidor promova a elaboração e editoração de literatura, em linguagem popular, para tornar o assunto transgênicos acessível à maioria da população. O Presidente Ronaldo Benedet determinou que a proposta fosse registrada em ata para ser deliberada, o mais breve possível pela Comissão. Concordando com sugestão anterior do Deputado Neodi Saretta, o Deputado Nilson Gonçalves propôs que os transgênicos sejam assunto de audiências públicas para promover o debate deste polêmico tema com a sociedade.

O Deputado Nilson Gonçalves leu correspondência recebida em que um consumidor de Joinville denuncia a ocorrência de discordância de preços de produtos entre a gôndola e a caixa registradora do supermercado Big. O Presidente Ronaldo Benedet determinou que a denúncia fosse encaminhada ao Procon de Joinville, promotorias da coletividade e que isto fosse comunicado à empresa acusada.

Não havendo mais nada a tratar o presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata que, aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de abril de 1999

Deputado Ronaldo Benedet, Presidente
Deputado Nilson Gonçalves, Vice-Presidente
Deputado Onofre Santo Agostini - Membro
Deputada Odete Prestes Nascimento - Membro
Deputado Neodi Saretta - Membro
Deputado João Rosa - Membro
Deputado Narcizo Luiz Parisotto

*** X X X ***

Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor Ata da Quarta Reunião Ordinária da Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura.

Dia vinte e sete de abril de um mil e novecentos e noventa e nove, às 18 horas, na sala número vinte e sete, a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa realizou a Quarta reunião ordinária da atual legislatura, presidida pelo seu Presidente Ronaldo Benedet.

Após a abertura e leitura e aprovação da ata da reunião anterior, foi analisada a correspondência recebida e discutidas atividades futuras a serem desenvolvidas pela Comissão. Foi comunicado aos presentes que, na próxima terça-feira, dia quatro de abril, o Secretário de Segurança e o Comandante da Polícia Militar comparecerão na audiência pública, a ser realizada no Plenário desta Comissão, requerida pela Deputada Ideli Salvati para serem ouvidos sobre a chamada Operação Tolerância Zero, em curso em nosso Estado.

O presidente solicitou que fosse incluída em ata a informação de que o Plenário da Assembléia Legislativa aprovou o pedido de informações sobre a intenção do Governo do Estado em cumprir a determinação legal de pagar indenização aos ex-prespos políticos. Discutiu-se ainda a possibilidade de mudar o horário e dia das reuniões ordinárias da comissão, pela inexistência de consenso o assunto foi remetido para uma discussão mais aprofundada em próximas reuniões.

Não havendo mais nada a tratar o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata que após aprovada vai assinada pelos Senhores Membros da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Florianópolis 4 de maio de 1999.

Deputado Ronaldo Benedet - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Deputado Neodi Saretta - Membro
Deputada Odete Nascimento - Membro
Deputado Onofre Agostini - Membro
Deputado Narciso Parisotto - Membro
Deputado João Rosa - Membro

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

14ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Às quatorze horas e vinte minutos, do dia vinte e seis, do mês de abril do ano de hum mil, novecentos e noventa e nove, reuniram-se os Senhores Deputados(a): **JAIME MANTELLI - Presidente, ALTAIR GUIDI, CLÉSIO SALVARO, GELSON SORGATO, e IDELI SALVATTI como membros.**

Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por abertos os trabalhos da Comissão, colocando em discussão e votação da Ata da quarta Reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente, Deputado JAIME MANTELLI, entregou aos membros presentes o Relatório mensal referente ao trâmite dos Projetos na Comissão por Deputado, relativo ao mês de abril. E sobre a Sistematização e Consolidação das Leis, o Senhor Presidente, Deputado Jaime Mantelli, sugeriu a criação de uma Subcomissão, auxiliada pelo senhor Deputado Clésio Salvaro. Colocada em votação, aprovada por unanimidade a criação da Subcomissão para tratar e dar continuidade aos trabalhos de Consolidação e Sistematização das Leis. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente, sugeriu que por Região de cada deputado da Comissão, fosse feita uma avaliação, fiscalização das obras e denúncias, para que a Comissão faça seu papel, que é o de fiscalizar o emprego do dinheiro público. E o Senhor Clésio Salvaro, sugeriu que a Comissão promovesse Audiência Pública com os Reitores das Fundações Universitárias, em relação aos repasses de recursos públicos, e ver uma forma de mudança e melhoramento. Possibilitando desta forma, a transparência necessária. Todos os Senhores Deputados foram novamente informados que de acordo com decisão anterior, foi mudado para as quatorze horas das segundas-feiras, o horário das Reuniões Ordinárias desta Comissão. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião, agradecendo a presença

de todos os senhores deputados e convocando outra para a próxima segunda-feira, às quatorze horas. Para constar, eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário da Comissão, lavrei a presente ATA, que após lida, achada correta e votada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1999.

Deputado JAIME MANTELLI - Presidente
Deputado ALTAIR GUIDI - Membro
Deputado CLÉSIO SALVARO - Membro
Deputado GELSON SORGATO - Membro
Deputada IDELI SALVATTI - Membro

CIENTES:

Deputado VALMIR COMIN - Vice-Presidente
Deputado NARCIZO PARISOTTO - Membro

*** X X X ***

LEI

LEI Nº 11.093, de 12 de maio de 1999

Faço saber que o Governador do Estado adotou a Medida Provisória nº 076, de 12 de abril de 1999, e eu, Deputado Gilmar Knaesel, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para efeitos do disposto no § 8º, do art. 225 do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

Concede autorização para contratação de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica autorizada, de conformidade com o que dispõem os artigos 37, inciso IX, da Constituição Federal e 21, § 2º, da Constituição Estadual, a contratação de pessoal no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, nas categorias funcionais, lotações e quantitativos constantes do Anexo I desta Lei.

§ 1º A habilitação e a especificação dos empregos discriminados no Anexo I desta Lei são as previstas para os cargos correlatos constantes da Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, com as alterações posteriores.

§ 2º O prazo das contratações de que trata esta Lei é de 1 (um) ano, renovável por igual período.

§ 3º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos deste artigo as disposições contidas nos artigos 3º e 6º da Lei nº 9.886, de 19 de julho de 1995.

Art. 2º Ficam criados na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde, os cargos em comissão constantes do Anexo II, parte integrante desta Lei, e inseridos no Anexo XVI da Lei 9.831, de 17 de fevereiro de 1995.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 1999.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 12 de maio de 1999.

Deputado Gilmar Knaesel
Presidente

ANEXO I

Categoria	Quantitativo	
	Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	Maternidade Darcy Vargas
Artífice II	03	05
Agente de Serviços Gerais	-	10
Técnico em Atividades Administrativas	10	13
Agente de Atividades de Saúde II	30	23
Técnico em Atividades de Saúde	20	03
Nutricionista	03	02
Farmacêutico	01	01
Enfermeiro	05	05
Fonoaudiólogo	01	-
Assistente Social	02	-
Fisioterapeuta	01	01
Psicólogo	01	02
Administrador	-	01
Motorista	-	01
Médico	40	09
TOTAL	117	76

ANEXO II

Denominação do cargo em comissão	Quantitativo		Nível
	Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	Maternidade Darcy Vargas	
Diretor	01	01	AD-DGS - 1
Gerente Administrativo e Financeiro	01	01	AD-DGS - 2
Gerente do Corpo de Enfermagem	01	01	AD-DGS - 2
Gerente Técnico	01	01	AD-DGS - 2

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 020/99
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete da Presidência

Ofício nº 475/99-GP

Florianópolis, 27 de abril de 1999

Excelentíssimo Senhor
Deputado **GILMAR KNAESEL**
Presidente da Augusta Assembléia Legislativa
NESTA

Senhor Presidente,
Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste solicitar a essa augusta Assembléia Legislativa, licença para processar o Excelentíssimo Senhor Deputado **Nelson Goetten de Lima**, nos autos de Inquérito n. 98.007676-5, da comarca de Taió, a teor do disposto no § 1º, do art. 42, da Constituição Estadual.

Aproveito a oportunidade para reiterar-lhe protestos de consideração e apreço.

Desembargador **JOÃO MARTINS**
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 021/99**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO****Gabinete da Presidência**

Of. TC/GAB-Nº 14127/98 Florianópolis, 17 de dezembro de 1998.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor NEODI SARETTA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Senhor Presidente:

Com os meus cordiais cumprimentos, cumpre-me comunicar-lhe que o Egrégio Plenário, em sessão de 14.12.98, quando da apreciação do processo nº ECO-0300705/80, que trata de edital de concorrência pública 001/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exarou decisão (cópia anexa) determinando, entre outras providências, representar, com amparo nos arts. 59, XI, da CE, 27, XI, da LC nº 31/90 e 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, à Assembléia Legislativa para ciência das conclusões da área técnica e do voto do Relator nos autos de Edital de Concorrência Internacional nº 001/98, do DER/SC.

Encaminho-lhe, em anexo, cópia da Informação nº 388/98, do voto do Relator e da Decisão do Tribunal Pleno no processo supra referido.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e distinguido apreço.

Conselheiro MOACIR BÉRTOLI
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/02/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 022/99**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO****Gabinete da Presidência**

Of. TC/GAB-Nº 14126/98 Florianópolis, 17 de dezembro de 1998.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor NEODI SARETTA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
NESTA

Senhor Presidente:

Com os meus cordiais cumprimentos, cumpre-me comunicar-lhe que o Egrégio Plenário, em sessão de 14.12.98, quando da apreciação do processo nº ECO-0300605/83, que trata de edital de concorrência pública 011/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, exarou decisão (cópia anexa) determinando, entre outras providências, representar, com

amparo nos arts. 59, XI, da CE, 27, XI, da LC nº 31/90 e 5º, do Regimento Interno deste Tribunal, à Assembléia Legislativa para ciência das conclusões da área técnica e do voto do Relator nos autos de Edital de Concorrência Internacional nº 011/98, do DER/SC.

Encaminho-lhe, em anexo, cópia da Informação nº 391/98, do voto do Relator e da Decisão do Tribunal Pleno no processo supra referido.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência expressões de elevada consideração e distinguido apreço.

Conselheiro MOACIR BÉRTOLI
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 18/02/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 023/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por sacos de lixos hospitalares em dação de pagamento.

(TEMPO BOM COMERCIAL LTDA. - BIGUAÇU)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 024/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por sacos de lixos hospitalares em dação de pagamento.

(PANAFAX COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - FLORIANÓPOLIS)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 025/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por óculos graduados conforme receita médica em dação de pagamento.

(CAYMAN ATACADISTA LTDA. - FLORIANÓPOLIS)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 026/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por tecidos e confecções específicas em dação de pagamento.

(TOCANTINS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAIS PARA HOTÉIS LTDA. ME. - FLORIANÓPOLIS)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por tecidos e confecções específicas em dação de pagamento.

(UTI ABUTI IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA. - FLORIANÓPOLIS)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 028/99

PROCEDÊNCIA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PRAZO: ORDINÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a receber bens constituídos por laje pré-moldada, tijolos, cano de esgoto, fossas, sumidouros, tubo de concreto e calhas de concreto em dação de pagamento.

(INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS CIMENTÃO LTDA. - FLORIANÓPOLIS)

Lido no Expediente
Sessão de 11/05/99

*** X X X ***

Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores

Ofício nº 50/99 Florianópolis, 11 de maio de 1999
 EXMO. DEPUTADO
 GILMAR KNAESEL
 DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
 NESTA
 Senhor Presidente,
 Cumprimentando-o cordialmente venho através do presente, comunicar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está indicando o Deputado Neodi Saretta para representá-la enquanto vice-líder. Na oportunidade reitero protestos de apreço e consideração. Atenciosamente,
 Francisco de Assis Nunes
 Líder da Bancada do PT

*** X X X ***

Gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores

Ofício nº 51/99 Florianópolis, 11 de maio de 1999
 EXMO. DEPUTADO
 GILMAR KNAESEL
 DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
 NESTA
 Senhor Presidente,
 Cumprimentando-o cordialmente venho através do presente, comunicar que a Bancada do Partido dos Trabalhadores está indicando o meu nome (Francisco de Assis Nunes) para representá-la enquanto membro da Comissão Coordenadora do Orçamento Regionalizado. Na oportunidade reitero protestos de apreço e consideração. Atenciosamente,
 Francisco de Assis Nunes
 Líder da bancada do PT

*** X X X ***

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/99

Susta o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 001/98.

Art. 1º Fica sustado o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 001/98 - Segunda Etapa, lançado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto neste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 10 de maio de 1999.

IDELI SALVATTI

Deputada Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/99

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Consoante o disposto no art. 40, incisos VI e XI, c/c artigo 59, § 1º, da Constituição do Estado, e usando da prerrogativa conferida pelo artigo 101, inciso IV c/c artigo 253, ambos do Pergaminho Regimental, apresento à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o incluso Projeto de Decreto Legislativo que tem por escopo sustar Edital de Concorrência Pública, com base na decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC, lançou o Edital de Concorrência Pública nº 001/98, tendo por objeto a "Concessão da Exploração do Sistema Rodoviário Norte", pelo prazo de 24 anos, mediante cobrança de pedágio, de acordo com o programa de concessão de rodovias do Estado de Santa Catarina.

O referido Edital passou por análise técnica da Corte de Contas do Estado, que em sessão ocorrida em 14/12/98, colheu parecer do corpo técnico daquele Tribunal, que considerou os termos do Edital 011/98 "em discordância com as disposições do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993".

Saliente-se, por oportuno, que o malfadado edital ainda fere outras disposições contidas na Legislação regulamentar das Licitações, conforme estabelecido no item 2 do parecer do TCE.

A luz das irregularidades apontadas no mencionado relatório, com fundamento do poder de fiscalização do Poder Legislativo, conferido pelo artigo 40, incisos VI e XI, c/c artigo 59 § 1º da Constituição Barriga-Verde, apresento o presente Projeto de Decreto Legislativo visando preservar a legalidade dos atos administrativos, a teor do artigo 16 da Constituição do Estado, que guarda simetria com o que dispõe a Carta Magna Federal, em seu artigo 37.

Consoante o entendimento já esposado, conclamo os demais pares desta Casa Legislativa a aprovar a proposição que a esta acompanha.

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/99

Susta o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 011/98.

Art. 1º Fica sustado o Edital de Concorrência Pública Internacional nº 011/98 - Segunda Etapa, lançado pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC.

Art. 2º O Poder Executivo adotará as providências necessárias para o cumprimento do disposto neste Decreto Legislativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 10 de maio de 1999.

IDELI SALVATTI

Deputada Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/99

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Consoante o disposto no art. 40, incisos VI e XI, c/c artigo 59, § 1º, da Constituição do Estado, e usando da prerrogativa conferida pelo artigo 101, inciso IV c/c artigo 253, ambos do Pergaminho Regimental, apresento à apreciação desta Augusta Casa Legislativa o incluso Projeto de Decreto Legislativo que tem por escopo sustar Edital de Concorrência Pública, com base na decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina - DER/SC, lançou o Edital de Concorrência Pública nº 011/98, tendo por objeto a "Concessão da Exploração do Sistema Rodoviário Norte", pelo prazo de 24 anos, mediante cobrança de pedágio, de acordo com o programa de concessão de rodovias do Estado de Santa Catarina.

O referido Edital passou por análise técnica da Corte de Contas do Estado, que em sessão ocorrida em 14/12/98, colheu parecer do corpo técnico daquele Tribunal, que considerou os termos do Edital 011/98 "em discordância com as disposições do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993".

Saliente-se, por oportuno, que o malfadado edital ainda fere outras disposições contidas na Legislação regulamentar das Licitações, conforme estabelecido no item 2 do parecer do TCE.

A luz das irregularidades apontadas no mencionado relatório, com fundamento do poder de fiscalização do Poder Legislativo, conferido pelo artigo 40, incisos VI e XI, c/c artigo 59 § 1º da Constituição Barriga-Verde, apresento o presente Projeto de Decreto Legislativo visando preservar a legalidade dos atos administrativos, a teor do artigo 16 da Constituição do Estado, que guarda simetria com o que dispõe a Carta Magna Federal, em seu artigo 37.

Consoante o entendimento já esposado, conclamo os demais pares desta Casa Legislativa a aprovar a proposição que a esta acompanha.

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 090/99

"Declara de Utilidade Pública o Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat".

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa Decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA DA CAPELA NOSSA SENHORA DO MONT SERRAT, com sede e foro na cidade e Comarca de Florianópolis - SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 10 de maio de 1999

Deputada Ideli Salvatti

Lido no Expediente

Sessão de 10/05/99

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei, que ora apresentamos nesta Casa, trata-se de Declarar de Utilidade Pública Estadual o "Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat", localizado no município de Florianópolis - SC. Entidade da Sociedade Civil, sem finalidade lucrativa, com duração ilimitada e de caráter assistencial e filantrópico, visando a promoção humana e a capacitação de recursos humanos.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, almejado por esta Associação, torna-la-á apta para usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma o atendimento a comunidade onde está inserido o Centro Cultural.

A fim de atender a Lei nº 10.436/97, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei, está instruído com os seguintes documentos:

a) Estatuto do Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat;

b) Certidão de Registro em Cartório do Estatuto do Centro Cultural;

c) Cadastro Geral de Contribuinte - C.G.C., pessoa jurídica da Associação;

d) Declaração (Atestado) de pleno funcionamento do Centro Cultural, da Prefeitura Municipal de Florianópolis - SC;

f) Ata de Fundação do Centro Cultural, em 25.05.98, com respectiva posse da diretoria em exercício;

g) Relatório circunstanciado, das atividades dos últimos 12 (doze) meses;

j) Lei Municipal nº 5.403/98, que Declara de Utilidade Pública Municipal "Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela Nossa Senhora do Mont Serrat", localizado no município de Florianópolis - SC

Considerando-se o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pelo Centro Cultural à população residente no respectivo Bairro, solicitamos a Exma. Sra. Deputada e aos Exmos. Srs. Deputados a aprovação desta proposição, elevando a entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 091/99

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 066

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da lavra do Secretário de Estado da Administração, o projeto de lei que "Transpõe cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo Estadual para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei nessa Augusta Casa Legislativa. Palácio Santa Catarina, 07 de maio de 1999

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/99

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEA/GAB Nº 36/99

Florianópolis, 08 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Digníssimo Governador do Estado

NESTA

Senhor Governador

Atendendo solicitação de Vossa Excelência no sentido de viabilizar a transposição de cargos da estrutura do Poder Executivo para a Secretaria do Tribunal de Justiça, estudo técnico realizado nesta Pasta apontou para a possibilidade de transpor 26 (vinte e seis) cargos vagos de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI.

Dos cargos disponíveis, 24 (vinte e quatro) são de nível de vencimentos DASI-3 e 2 (dois) de nível DASI-4, pertencentes ao Grupo: Direção e Assistência Intermediária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Considerando que o Tribunal de Justiça compõe-se atualmente de 27 Magistrados, sendo que desses, apenas 24 participam efetivamente de câmaras julgadoras, apresenta-se à guisa de sugestão àquele Tribunal, que os 24 cargos de Assistente de Serviço, Grupo DASI, nível 3, poderiam ser distribuídos pelos Gabinetes dos Desembargadores, e os dois cargos de Assistente de Serviço, Grupo DASI, nível 4, poderiam ser destinados à Corregedoria-Geral da Justiça e à Vice-Presidência do Tribunal, em virtude da especificidade das funções exercidas por esses órgãos.

Por fim, aproveita-se o ensejo para frisar, novamente, que o critério de distribuição proposto é meramente sugestivo e, obviamente, deverá ser aprovado pelo Órgão Especial daquele Tribunal ou até mesmo modificado de acordo com as suas conveniências.

Respeitosamente

UBIRATAM SIMÕES REZENDE

Secretário

PROJETO DE LEI Nº 091/99

Transpõe cargos de provimento em comissão do quadro de pessoal da administração direta do Poder Executivo Estadual para o quadro de pessoal da Secretaria da Tribunal de Justiça do Estado.

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam transpostos, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Poder Executivo Estadual para o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - do Quadro Lotacional da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 18 (dezoito) cargos de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 3, e 01 (um) cargo de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 4;

II - do quadro Lotacional da Secretaria de Estado da Fazenda, 02 (dois) cargos de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 3;

III - do Quadro Lotacional da Secretaria da Justiça e Cidadania, 02 (dois) cargos de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 3;

IV - do Quadro Lotacional da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, 01 (um) cargo de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 3, e 01 (um) cargo de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 4;

V - do Quadro Lotacional da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL, 01 (um) cargo de Assistente de Serviço, Grupo Direção e Assessoramento Intermediário - DASI, nível 3,

Art. 2º A distribuição dos cargos transpostos previstos no artigo anterior, no Tribunal de Justiça, se fará por ato do seu presidente, com a conseqüente redução no Quadro de Pessoal de origem, por ato do Governador do Estado.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

ESPERIDIÃO AMIN HELOU FILHO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 092/99

Dispõe sobre o parcelamento de multas de trânsito lançadas até 10 de maio de 1.999.

Art. 1º As multas de trânsito estaduais, lançadas até 10 de maio de 1999, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes.

Parágrafo único. O não pagamento de qualquer parcela no prazo fixado, importará imediata exigência da quitação das parcelas remanescentes.

Art. 2º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.999

Deputado Luiz Roberto Herbst

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/99

JUSTIFICATIVA

Esta proposta objetiva dar oportunidade aos contribuintes que foram alvo de multa por infração de trânsito e que, por situações adversas, não puderam satisfazer o débito, de parcelar o montante devido em até 12 vezes.

Esta proposição propicia condições para os motoristas atuados quitarem seus débitos, e ao mesmo tempo, é uma alternativa que possibilitará ao Estado, condições de incrementar a arrecadação de tributos estaduais.

Destacamos ainda, o fato de que esta é uma medida que contribuirá para que os proprietários que se enquadram nesta situação, possam documentar seus veículos, enquadrando-se assim, dentro da legislação vigente, evitando transtornos e até mesmo a apreensão do veículo, o que poderá causar aborrecimentos e até mesmo prejuízos financeiros.

Sendo assim, acreditando na importância deste Projeto, solicitamos aos demais colegas do parlamento que manifestem apoio a esta propositura.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 093/99

Dispõe sobre parcelamento de multa aplicada em razão da inobservância do prazo para transferência de veículo automotor.

Art. 1º As multas aplicadas em razão da não transferência da propriedade do veículo automotor no tempo determinado no § 1º do Art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro, poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes.

Parágrafo único. O não pagamento de qualquer das parcelas no prazo fixado, importará na imediata exigência da quitação do saldo remanescente.

Art. 2º A presente Lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de maio de 1.999

Deputado Luiz Roberto Herbst

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/99

JUSTIFICATIVA

Sensibilizado pelas inúmeras solicitações que recebemos de cidadãos catarinenses, no tocante ao parcelamento de multas de trânsito, tomamos a iniciativa de apresentar este Projeto de Lei que pretende além de permitir o pagamento em até 12 (doze) parcelas, por parte dos motoristas atuados, sendo que uma parcela considerável destes, utilizam o veículo como instrumento de trabalho.

Considerando que muitos motoristas atuados passam por dificuldades financeiras e não podem pagar as multas em uma só parcela, tendo o parcelamento como única maneira de pagar a multa e assim, circular com seu veículo devidamente documentado, concluímos assim, que este Projeto está justificado.

Desta forma, contamos com a apreciação e apoio dos demais pares deste Legislativo.

*** X X X ***